INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE
ECONOMIA, SOCIEDADE E POLÍTICA (ILAESP)

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E POLÍTICAS
PÚBLICAS

REFLEXÃO SOBRE A SITUAÇÃO MIGRATÓRIA NO BRASIL CONTEMPORÂNEO: INTERSECCIONALIDADES E A CONDIÇÃO DA MULHER NEGRA MIGRANTE NA REGIÃO TRINACIONAL DO IGUAÇU

DJANAMY CLERMON

Foz do Iguaçu
2025

Versão Final Homologada
09/09/2025 10:09

INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ECONOMIA, SOCIEDADE E POLÍTICA (ILAESP)

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E POLÍTICAS PÚBLICAS

REFLEXÃO SOBRE A SITUAÇÃO MIGRATÓRIA NO BRASIL CONTEMPORÂNEO:
INTERSECCIONALIDADES E A CONDIÇÃO DA MULHER NEGRA MIGRANTE NA REGIÃO TRINACIONAL DO IGUAÇU

DJANAMY CLERMON

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Administração Pública e Políticas Públicas.

Orientadora: Profa. Dra. Renata Peixoto de Oliveira

Foz do Iguaçu
2025

Versão Final Homologada
09/09/2025 10:09

DJANAMY CLERMON

REFLEXÃO SOBRE A SITUAÇÃO MIGRATÓRIA NO BRASIL CONTEMPORÂNEO:
INTERSECCIONALIDADES E A CONDIÇÃO DA MULHER NEGRA MIGRANTE NA REGIÃO TRINACIONAL DO IGUAÇU

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Administração Pública e Políticas Públicas.

BANCA EXAMINADORA

_____
Orientadora: Prof[a]. Dr[a]. Renata Peixoto de Oliveira
UNILA

_____
Prof[a]. Dr[a]. Lucimara Flávio Dos Reis
UNILA

_____
Prof[a]. Dr[a]. Laura Janaina Dias Amato
UNILA

Foz do Iguaçu, 06 de agosto de 2025.

Versão Final Homologada
09/09/2025 10:09

Dedico este trabalho a todas as mulheres negras que, em busca de uma “vida melhor”, tiveram que atravessar diversas fronteiras para tentar reconstruir suas vidas, enfrentando a solidão social no país de destino apenas por serem mulheres negras e migrantes. Em especial, dedico este trabalho à minha querida mãe, Jeanilia Emile.

Versão Final Homologada
09/09/2025 10:09

AGRADECIMENTOS

Mwen rann gras ak tou sa ki kenbe m vivan yo.

Manifesto minha imensa gratidão à Universidade Federal da Integração Latino Americana pela oportunidade de integração que me ofereceu, me permitindo entender, respeitar e celebrar mais as diversidades que nela existem. Estendo meu agradecimento ainda pelo apoio do auxílio estudantil concedido, junto com a bolsa de Iniciação Científica recebida durante a minha trajetória acadêmica. Foram suportes fundamentais que contribuíram, significativamente, no meu desempenho acadêmico e intelectual para chegar até aqui. *Mèsi anpil* UNILA!

Expresso meus sinceros agradecimentos aos meus pais pelo amor infinito e proteção que me proporcionaram desde que eu nasci até agora. *Manman cheri*, o mérito é todo seu! Agradeço ao meu *paizinho* pela sua presença e guia mesmo que atravessou a última fronteira da vida (a morte), há quase três anos já.

Com coração aberto, agradeço a todos os meus nove irmãos queridos. *Yon mèsi espesyal* aos meus irmãos Wenson Clermon, Tavenky Clermon, e minha irmã, Kergyany Clermon, pelos apoios incondicionais que me deram durante esta jornada. Sei que ninguém mais no mundo está torcendo por meu sucesso como vocês.

``Mon Dix``, você é único [...] Bizou, ti coucou!

Parabenizo antes de agradecer com todo meu ser a minha querida professora orientadora Dra Renata Peixoto de Oliveira por aceitar se lançar nesse desafio comigo. Pois mesmo que o tempo parecia estar esgotado, entendeu meu propósito de vida antes mesmo de entender o propósito deste trabalho quando a solicitei. Muito obrigada professora pela orientação, pela paciência e pelo seu profissionalismo.

Agradeço aos professores da banca avaliadora, a professora Laura Janaina Dias Amato e a professora Lucimara Flávio Dos Reis, por acolher este trabalho, não apenas como um trabalho, mas também por ouvi-lo como um grito que vem lá da minha alma como pessoa migrante. Obrigada por me ouvir. Obrigada por me enxergar e enxergar todas as mulheres migrantes negras das quais esse estudo trata.

Achei que ia conseguir preencher apenas uma página agradecendo todas as pessoas e instituições às quais sou grata, mas me enganei. Não podia deixar de agradecer a todos os colegas que contribuíram com carinho nesse *bolo fofinho*, é assim que eu chamo o nível de graduação (sorriso).

Versão Final Homologada
09/09/2025 10:09

Sincère merci aos colegas da minha turma, em especial o Pierre Richard Jean Louis, e o Jonas Dorilus pelos conhecimentos e experiências compartilhadas. Eu notei a dedicação de vocês galera, e vocês fizeram o mesmo por mim, obrigada por essa troca. Estou com a sensação que não conseguiria curtir esse bolo fofinho do jeito que eu curti sem a colaboração de vocês.

Dirijo também meus agradecimentos a todas as mulheres negras haitianas que participaram nos encontros promovidos pela Iniciativa LAKAY. Vocês são fortes, viu!

Aos meus conterrâneos, colocatários que tive entre o período de 2020 a 2025, obrigada pela convivência; Marthe, Madoché, Ashley, Johny, Mickolove, Marcelin, Mickenson, Yoletta, Bewosnise, John. Aprendi muitas coisas com vocês, e realmente vale a pena respeitar e abraçar as diversidades.

Fora das paredes da UNILA, agradeço imensamente algumas instituições que me acolheram e deram mais sentido a minha jornada. Cito o Coletivo das Pretas, cujo nome mudou para AMEFRICANAS: Coletivo de Mulheres, Indígenas e Negras em Foz do Iguaçu, e também cito a Associação de Migrantes, Indígenas e Refugiados de Foz do Iguaçu (AMIRF). Vocês me deram um lar e me senti representada, obrigada por isso.

É importante direcionar meus agradecimentos também à Secretaria Municipal da Fazenda de Foz do Iguaçu (PMIF), e à segunda maior empresa de geração de energia no mundo, a ITAIPU Binacional, pelas oportunidades de estágio, não obrigatório, que me concederam. Me orgulho demais pelas experiências e habilidades adquiridas, com certeza vou levá-las adiante na minha carreira como futura analista e gestora pública.

Com medo de não ultrapassar mais uma página, digo simplesmente que eu realmente sou grata a todos aqueles que eu não citei os nomes aqui, aliás vocês se conhecem. Lembro-me muito bem das contribuições incomensuráveis de cada um de vocês, podem crer! *Merci de tout coeur.*

Versão Final Homologada
09/09/2025 10:09

“Se você soubesse como é difícil andar por este caminho ficar longe da minha pátria e da minha família você não me perseguiria, você me abraçaria e acompanharia o meu choro. Se você soubesse como é difícil se sentir sozinho enquanto eu durmo sobre os trilhos você diria: sinto muito, estamos juntos, serei seu amigo, Eu sou solitário e para você eu sou um desconhecido. Eu tenho direito de lutar pela minha vida onde eu quiser, porque como você eu sou um ser humano Se você soubesse de mim… Se eu pudesse, mudaria as fronteiras e estaríamos livres [novamente] para atravessar.”

(Junior)
Antes de passar a fronteira – Philos

Versão Final Homologada
09/09/2025 10:09

RESUMO

O objetivo deste trabalho consiste em uma análise sobre a situação migratória no Brasil contemporâneo. Tendo em vista que o Brasil é reconhecido como um dos países acolhedores da América Latina, interessa compreender como o Estado brasileiro tem lidado com os diferentes perfis de migrantes que acolhe, e quais os desafios enfrentados por estes devido a suas condições migratórias, bem como a seu perfil racial dado à herança colonial brasileira e os processos recentes de erosão democrática que trazem à tona elementos como racismo e xenofobia. De início, foi realizado um levantamento bibliográfico, que inclui artigos científicos, teses, dissertações, livros e relatórios técnicos elaborados por órgãos nacionais e internacionais (como ONU, OIM, IBGE, entre outros). Assim, foi possível mapear o fluxo migratório para o Brasil e para a região trinacional do Iguaçu – localidade em que a autora da pesquisa se encontra – e revisar o marco legal e institucional, na forma de legislação e de ações para migrantes no Brasil e demais países que convergem nesta região de fronteira. Considerando que a migração feminina é frequentemente negligenciada nos estudos, fez-se necessário trazer uma abordagem sobre a interseccionalidade no contexto migratório. As discussões sobre essa abordagem permitiram entender a condição das mulheres migrantes, em especial afrodescendentes, com ênfase no seu processo de integração, na região da tríplice fronteira. Por meio de questionários aplicados a mulheres negras da região, e entrevistas realizadas com lideranças de instituições que atuam no acolhimento dessa categoria, observou-se padrões nos desafios enfrentados por mulheres negras e migrantes da tríplice fronteira, notadamente nos aspectos relativos ao acesso a serviços essenciais como saúde, atendimento psicológico e inserção no mercado formal de trabalho.

Palavras-Chave: Migração. Mulheres migrantes negras. Tríplice Fronteira do Iguaçu.

Versão Final Homologada
09/09/2025 10:09

RESUMEN

El objetivo de este trabajo consiste en un análisis de la situación migratoria en el Brasil contemporáneo. Teniendo en cuenta que Brasil es reconocido como uno de los principales países de acogida de América Latina, interesa comprender cómo el Estado brasileño ha abordado los diferentes perfiles de migrantes que recibe, y cuáles son los desafíos que estos enfrentan debido a sus condiciones migratorias, así como a su perfil racial, dada la herencia colonial brasileña y los recientes procesos de erosión democrática que ponen de manifiesto elementos como el racismo y la xenofobia. Inicialmente, se realizó una revisión bibliográfica que incluye artículos científicos, tesis, disertaciones, libros e informes técnicos elaborados por organismos nacionales e internacionales (como la ONU, la OIM y el IBGE, entre otros). De este modo, fue posible mapear el flujo migratorio hacia Brasil y la región trinacional del Iguazú –localidad donde se encuentra la autora de la investigación– y revisar el marco legal e institucional, en forma de legislación e iniciativas para migrantes en Brasil y en los demás países que convergen en esta región fronteriza. Considerando que la migración femenina es frecuentemente ignorada en los estudios, se hizo necesario incorporar un enfoque de interseccionalidad en el contexto migratorio. Las discusiones sobre este enfoque permitieron comprender la condición de las mujeres migrantes, en especial las afrodescendientes, con énfasis en su proceso de integración en la región de la Triple Frontera. Mediante cuestionarios aplicados a mujeres negras de la región y entrevistas realizadas a líderes de instituciones que trabajan en la acogida de este colectivo, se observaron patrones en los desafíos que enfrentan las mujeres negras migrantes de la Triple Frontera, particularmente en los aspectos relativos al acceso a servicios esenciales como la salud, la atención psicológica y la inserción en el mercado laboral formal.

Palabras clave: Migración; Mujeres Migrantes Afrodescendientes; Triple Frontera de Iguazú.

Versão Final Homologada
09/09/2025 10:09

ABSTRACT

The objective of this work is to analyze the migratory situation in contemporary Brazil. Given that Brazil is recognized as one of Latin America's most welcoming countries, this study seeks to understand how the Brazilian State has managed the different profiles of migrants it receives, and what challenges they face due to their migratory status and racial profile, considering Brazil's colonial heritage and recent processes of democratic erosion that bring issues like racism and xenophobia to the forefront. Initially, a literature review was conducted, including scientific articles, theses, dissertations, books, and technical reports from national and international organizations (such as the UN, IOM, IBGE, among others). This made it possible to map the migration flow to Brazil and to the trinational Iguaçu region – the researcher's location – and to review the legal and institutional framework of legislation and initiatives for migrants in Brazil and the other countries that converge in this border region. Considering that the migration of women is often overlooked in academic studies, it was necessary to incorporate an intersectional approach within the migratory context. Discussions on this approach allowed for an understanding of the circumstances of migrant women, especially those of African descent, with an emphasis on their integration process in the tri-border region. Through questionnaires administered to Black women in the region and interviews conducted with leaders of institutions involved in supporting this group, patterns were observed in the challenges faced by Black migrant women in the tri-border area, particularly regarding access to essential services such as healthcare, psychological support, and integration into the formal labor market.

Key words: Migration; Black Migrant Women; Iguaçu Tri-border Region.

Versão Final Homologada
09/09/2025 10:09

REZIME

Objektif travay sa a se fè yon analiz sou sitiyasyon migrasyon nan peyi Brezil nan epòk nap viv la. Kòm Brezil se yon peyi an Amerik Latin yo rekonèt ki byen akeyi etranje, li enpòtan pou nou konprann kijan Leta brezilyen an jere divès pwofil migran li resevwa yo. Epitou, ki defi migran sa yo rankontre lakòz kondisyon migratwa yo, ansanm avèk pwofil rasyal yo, lè nou konsidere eritaj kolonyal Brezil la ansanm ak pwosesis ewozyon demokratik ki fèk parèt yo, ki vin mete anlè fenomèn tankou rasis ak *zenofobi*. Pou kòmanse, nou te fè yon rechèch bibliyografik ki gen ladann atik syantifik, tèz, memwa, liv ak rapò teknik ki soti nan òganizasyon nasyonal ak entènasyonal (tankou ONU, OIM, IBGE, ak lòt ankò). Konsa, li te posib pou nou trase kat *flux* migratwa a nan peyi Brezil ak nan rejyon trifwontyè Iguaçu a – ki se zòn kote otè rechèch la rezide – epi revize kad legal ak enstitisyonèl, tankou lwa ak aksyon ki genyen pou migran yo nan Brezil ak nan lòt peyi ki rankontre nan zòn fwontyè sa a. Lè nou konsidere ke yo souvan neglije migrasyon fanm yo nan etid yo, li te nesesè pou nou entwodui yon apwòch entèseksyonèl nan kontèks migrasyon an. Diskisyon sou apwòch sa a te pèmèt nou konprann kondisyon medam migran yo, espesyalman sa ki afwodèsandan yo, pandan nou mete aksan sou pwosesis entegrasyon yo nan rejyon trifwontyè a. Atravè kesyonè ke fanm nwa nan zòn nan te ranpli, ak entèvyou nou te fè avèk lidè enstitisyon k ap travay pou akeyi gwoup moun sa yo, nou te remake plizyè resanblans nan defi medam nwa migran nan rejyon trifwontyè a rankontre. Espesyalman nan aspè ki gen rapò avèk aksè a sèvis esansyèl tankou swen sante, sipò sikolojik ak entegrasyon nan mache travay fòmèl la.

Mo Kle: Migrasyon. Migran Fanm Nwa. Fwontyè Twa Nasyon - Iguaçu

Versão Final Homologada
09/09/2025 10:09

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapeamento dos haitianos ao redor do mundo 24
Figura 2 – A divisa marítima entre Foz do Iguaçu (Brasil), Ciudad del Este (Paraguai) e Puerto Iguazú (Argentina) 28

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Desdobramento do conceito de Nacionalidade 21
Quadro 2 – Terminologias resultantes da noção de nacionalidade ligada à Migração 22
Quadro 3 – Recomendações elaboradas e aprovadas pelo CERMA referente ao Plano de Políticas Públicas para Defesa de Refugiados, Migrantes e Apátridas..... 38

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Total de alunos migrantes matriculados nas escolas municipais em 2024..... 45
Gráfico 2 – Origem dos dez principais grupos de migrantes beneficiários do Bolsa Família no município..... 45
Gráfico 3 – Estatísticas de acolhimentos realizados pela Casa do Migrante (2008-2025) 47

Versão Final Homologada
09/09/2025 10:09

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACNUR	Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados
AMIRF	Associação dos Migrantes Indígenas e Refugiados de Foz do Iguaçu
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MRE	Ministério das Relações Exteriores
ONU	Organizações das Nações Unidas
OIM	Organização Internacional para as Migrações
OBMIgra	Observatório Brasileiro de Migração
PMFI	Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu
SECAFE	Secretaria de Ações Afirmativas e Equidade
UNILA	Universidade Federal da Integração Latino Americana

Versão Final Homologada
09/09/2025 10:09

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO **14**

CAPÍTULO 1 - MIGRAÇÃO, DESIGUALDADES E GOVERNANÇA: DINÂMICAS NA TRÍPLICE FRONTEIRA DO IGUAÇU E NO CONTEXTO NACIONAL E GLOBAL **19**

INTRODUÇÃO 19

1.2 CONDIÇÕES MIGRATÓRIAS E DESIGUALDADES ESTRUTURAIS NO BRASIL E NO MUNDO 19

1.1.1 Crises Humanitárias: O Caso do Haiti e da Venezuela 23

1.2 A REGIÃO DA TRÍPLICE FRONTEIRA E A SUA DIVERSIDADE 27

1.2.1 Atores na Gestão da Migração no Brasil e Políticas Públicas Voltadas à População Migrante 35

CAPÍTULO 2 - INTERSECCIONALIDADE, RAÇA E GÊNERO NA MIGRAÇÃO: EXPERIÊNCIA DAS MULHERES NEGRAS NA TRÍPLICE FRONTEIRA DO IGUAÇU **42**

INTRODUÇÃO 42

2.1 INTERSECCIONALIDADE NA MIGRAÇÃO FEMININA E ACOLHIMENTO NA TRÍPLICE FRONTEIRA DO IGUAÇU 42

2.2 SITUAÇÃO DAS MULHERES MIGRANTES NEGRAS NA REGIÃO TRINACIONAL DO IGUAÇU 48

CONSIDERAÇÕES FINAIS **54**

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS **56**

ANEXOS **59**

Versão Final Homologada
09/09/2025 10:09

INTRODUÇÃO

"*Diga-me de onde você veio e te direi quem você é*."

Já ouvi esse ditado, até certo tempo, era apenas um ditado. Chegando ao Brasil, passou a ser uma etiqueta, uma questão complexa para mim. Meu nome é Djanamy CLERMON. Sou do Haiti, claro. Um país – antigamente próspero – com apenas 27750 km², que vem sendo empobrecido pelos gurus imperialistas desde a época colonial até os dias atuais.

Não posso apresentar o tema deste trabalho e suas justificativas e objetivos acadêmicos sem me apropriar antes do meu lugar de fala, como mulher, negra, migrante, haitiana.

Desde de minha chegada ao Brasil, fui interpelada por inúmeras perguntas e questionamentos, que são muito diferentes dependendo da origem social, das questões étnico-raciais, do gênero de quem está sendo questionado. Aqui vamos, a algumas das perguntas que me marcaram na chegada.

Lembro-me do primeiro dia que cheguei à instituição na qual eu iria fazer meu primeiro estágio. Depois de me apresentar aos novos colegas, um dos concursados do setor me perguntou : `` De onde você veio mesmo``? Respondi que sou do Haiti. Estupefato, ele balançou a cabeça em sinal de concordância e disse, num tom de voz lamentável `` *aah! Agora entendo por que seu nome é tão difícil, é porque você veio de um país difícil, muito difícil* !`` [...]

No ônibus, em outra ocasião, quando fui para minha primeira aula na UNILA, uma *mocinha* estava me encarando desde que embarquei até chegar na última parada e me perguntou, enfim: ``*Por que você é preta*?``

No primeiro salão de beleza que eu fui para fazer manutenção no cabelo, a moça que me atendeu falou `` *aqui não trabalhamos com cabelo ruim*``.

Outra vez, foi um *senhorzinho branco* que ao me cumprimentar disse ``*Você é muito linda, parece minha ex-mulher. Ela era da Bahia, de fora ela era preta como você, mas por dentro, era uma pessoa branca, porque ela era uma boa pessoa, com coração grande.*``

Recentemente, na parada de ônibus, perto da minha casa, uma senhora fez uma pergunta clássica `` Você é de onde?`` a qual respondi, sou do Haiti. Ela prosseguiu a conversa afirmando que ``*o Brasil é o melhor país do mundo para uma pessoa viver,*

Versão Final Homologada
09/09/2025 10:09

aqui, todo mundo está sossegado, não tem racismo, não tem violência, etc``. Contestei-a com polidez. A reação típica de irritação dela não me surpreendeu nem um pouco ao dizer, ``[...] *você não pode falar mal do meu país, se você não se sente bem nele, faça sua mala e volta já para o seu país. Aí você saberá qual país é mais difícil de se viver*``. Respeitosamente, encerrei a conversa.

Agora respondo as perguntas que, em verdade, gostaria de ter respondido neste tempo no Brasil. Venho de uma família grande e cresci na periferia, no bairro *Lalue, na rua Nord- Alexis,* comumente chamado de``*Ravin pentad*``, que parecia ser o mais seguro comparando com outros bairros vizinhos, de acordo com os meus pais. Já alguns dos meus tios viviam na região rural, no sul do país (*Les Cayes*), e trabalhavam para a produção de carvão vegetal para uso doméstico numa região onde a grande maioria não tem acesso a eletricidade, nem fogão a gás.

Desde meus 10 anos me deparei com catástrofes naturais com grande impacto. Por exemplo, eu me lembro como se fosse ontem, do dia 12 de janeiro de 2010, quando vivenciei o terremoto no Haiti, com magnitude 7, causando mais 316 mil mortes, (sem contar as vítimas que não foram encontrados os corpos), e deixando o país com mais de 1 milhão de desabrigados. Mal consigo escrever esse relato, de tanto chorar, pois as imagens, os gritos das vítimas não foram apagados da minha memória. Havia pessoas de famílias próximas que foram vítimas também naquele dia.

O terremoto levou a uma diáspora haitiana, aumentando o fluxo migratório para outros países, dentre os que partiram em busca de uma vida melhor, estavam dois dos meus irmãos mais velhos, e, em seguida, partiu também minha irmã mais velha, ambos foram República Dominicana. Em 2020, o ano da pandemia, chegou a minha vez de me despedir dos meus pais e meus amigos, em direção ao Brasil para fins de estudar na UNILA.

Por sua vez, foi meu pai, Pourpir Clermon (Apelido: Bob), que não demorou também para fazer uma viagem mais longa e sem volta em março de 2022. Assim, ele atravessou a última fronteira da vida, deixando-me com tristezas e um luto com o qual ainda não sei lidar e expressar. Ele sempre me tratou como uma pessoa extraordinária e minha mãe dizia que eu o puxei 100%, desde o jeito de falar, até o jeito de ser. Honestamente, para mim, o *Papi* é extraordinário também, ele é o meu herói!

Sem força para continuar no silêncio que reinava em casa, a mamãe atravessou a fronteira da República Dominicana, junto com dois outros irmãos mais velhos, e duas

Versão Final Homologada
09/09/2025 10:09

sobrinhas, sem contar alguns dos primos e primas, em 2023. Até hoje permanecem lá, enfrentando todos os tipos de solidão, conforme os relatos deles. Lamento informar que minha mãe, no alto dos seus 68 anos, está enfrentando a solidão social e institucional na República Dominicana por ser uma mulher negra migrante haitiana.

Essa dor, essa solidão, considero uma dor transnacional que as acompanham em seus locais de origem, em suas travessias, em sua chegada e em sua nova realidade. Essas mulheres enfrentam dores, inclusive eu, e isso, para mim, é mais que um simples tema de trabalho para concluir o curso de Administração Pública e Políticas Públicas na UNILA. Para mim é uma missão de vida entender os fenômenos que implicam essa condição de solidão social. Entender como essas mulheres guerreiras, extraordinárias podem estar submetidas a condições que violam seus direitos de migrar, de SER, e de VIVER onde e como bem quiserem, com DIGNIDADE.

É a partir desse relato de História de Vida que apresento o tema deste trabalho e que retomo alguns aspectos históricos e político-sociais que persigo a fim de melhor compreender essa situação que também é minha.

A hipótese deste estudo é que as mulheres migrantes negras na região Trinacional do Iguaçu enfrentam desafios específicos decorrentes do racismo, da xenofobia e do machismo, atreladas a uma gama políticas migratórias que não atendem às suas especificidades, gerando ainda mais desigualdades sociais, raciais e de gênero. Esses desafios resultam em uma condição social caracterizada por uma maior vulnerabilidade e dificuldade de integração social. Por tanto, o estudo da condição social das mulheres migrantes negras nessa região é crucial para compreender as complexas dinâmicas de acolhimento e exclusão que as afetam.

O objetivo inicial deste trabalho de conclusão de curso era analisar a condição social das mulheres migrantes negras na região da Tríplice Fronteira do Iguaçu, principalmente, na cidade de Foz do Iguaçu. A escolha desta cidade como foco se justifica pelo fato de que é uma cidade que abriga comunidades de mais de 50 nacionalidades diferentes. Também geograficamente, representa um dos pólos de circulação da América do Sul, que favorece diversos fluxos migratórios diariamente. Além disso, se justifica pela vivência da autora deste trabalho que reside neste território.

A intenção inicial era tentar responder à questão: onde estão as mulheres migrantes negras? Para isso, previa-se realização de entrevistas baseadas em história de

Versão Final Homologada
09/09/2025 10:09

vida com as mulheres negras migrantes de diferentes nacionalidades que se encontram naquela região. Porém, ao longo da elaboração desse trabalho, surgiram limitações que impactaram diretamente a execução da etapa de campo, por conta do tempo disponível para realização das entrevistas. E também alguns desafios pessoais dificultaram a aplicação rigorosa da metodologia qualitativa inicialmente planejada.

Portanto, fez-se necessário readequar o tema e o foco do trabalho em si, conforme orientação da minha orientadora, a Dr[a]. Renata Peixoto de Oliveira, optando por apenas fazer uma revisão sobre a situação migratória no Brasil contemporâneo e aportes sobre a região fronteiriça trinacional. Isso fez com que, no geral, o trabalho seguisse um percurso predominantemente teórico do que empírica. No entanto, para manter meu compromisso com a categoria das mulheres migrantes negras, frequentemente negligenciada, optei por fazer uma readaptação do tema anterior.

Por conseguinte, além da revisão de literatura baseada em fontes secundárias consultadas, como TCCs, teses, artigos, livros e relatórios, para realização desta pesquisa emprega-se também uma abordagem qualitativa. O interesse em relação a essa abordagem surgiu a partir da participação como voluntária no projeto de extensão``*curso Estratégia de Pesquisa de Abordagem Qualitativa: Por que, Para que e Como Usá-las*`` lecionada pela professora visitante, a Dra Cibele Cheron, no período de 19 de março a 9 de abril de 2022. Admite-se que tal abordagem ajuda a entender melhor as dinâmicas sociais a partir dos sujeitos envolvidos, valorizando a subjetividade, os significados e as relações construídas no cotidiano.

Além disso, a disciplina "*Técnica de Pesquisa Qualitativa* - Módulo 4: Entrevista + *observação participante*" lecionado pelo professor Dr. Juan Agullo Fernandez, no mesmo ano, reforçou esse interesse por vincular a metodologia de observação participante a esta abordagem. Em base nos conteúdos discutidos nas aulas com o professor Juan, supõe-se que a observação participante é uma técnica essencial para captar a complexidade dos fenômenos sociais, onde o pesquisador não é um observador neutro mas um sujeito ativo que interage com os participantes construindo conhecimento de forma dialógica. Para tanto incorpora-se a esse estudo alguns relatos obtidos, por meio de observação participante, realizada com as mulheres migrantes haitianas na ocasião dos encontros promovidos pelo Coletivo *LAKAY*[1], nos quais a

[1] LAKAY é uma iniciativa que visa fortalecer os laços sociais entre as mulheres negras, haitianas, em Foz do Iguaçu, mantendo vivas as boas lembranças dos seus lares (*Lakay yo*). Ela abrange diversos aspectos,

Versão Final Homologada
09/09/2025 10:09

autora desta pesquisa participou ativamente. Também para complementar, foram incorporadas algumas narrativas levantadas de um outro trabalho relacionado à saúde da mulher negra no contexto migratório.

Além desses instrumentos, foi realizada uma entrevista com a coordenadora da Casa do Migrante, a Senhora Irmã Terezinha para obter algumas informações relevantes para o tema referente à questão de acolhimento local. Em seguida, foi conduzida uma entrevista presencial, com um dos representantes da Secretaria de Ações Afirmativas e Equidade (SECAFE), a Senhora Eliane Cristina Cardozo Freitas, a fim de fazer levantamento dos atendimentos oferecidos à categoria de mulher migrante negra na UNILA. Foi utilizado como ferramenta o celular da autora para a gravação, que após análise, foi transcrita e incorporada no texto. Além disso, foi aplicada uma entrevista semiestruturada com o presidente da Associação de Migrantes, Indígenas e Refugiados de Foz do Iguaçu (AMIRF), o Senhor Roldy Julien. Essa contribuição foi essencial para o tema por ser uma instituição que também atua na questão de acolhimento e encaminhamento dos migrantes para serviços relacionados às suas demandas. Também foi levantado informações obtidas por meio de questionário fechado, respondido por apenas duas informantes negras, uma haitiana estudante em História, e uma cubana cursando Relações Internacionais na UNILA

---

dos mais complexos até os mais simples e divertidos, com objetivo de criar uma rede de sororidade dentro desta comunidade. Durante os cincos encontros realizados ao longo do mês de abril até junho de 2025, foram debatidos temas sobre nossa trajetória no contexto migratória, história de vida, desafios e oportunidades, apresentada por Judeline Exumé, uma das coordenadoras da iniciativa, doutoranda em Relações Internacionais na UNILA, em 2025. Também o tema da maternidade: Um olhar sobre a mulher negra em contexto migratório, história de vida, apresentado pela Alexandrine Bernard Paul, estudante em Cinema na UNILA, e gestante nesse mesmo período. Além de discussões sobre outros temas sensíveis relativos a essa categoria de migrante no município. Foram encontros muito ricos, realizados por mulheres negras, inteligentes, guerreiras, potentes e que têm suas próprias vozes.

Versão Final Homologada
09/09/2025 10:09

CAPÍTULO 1 - MIGRAÇÃO, DESIGUALDADES E GOVERNANÇA: DINÂMICAS NA TRÍPLICE FRONTEIRA DO IGUAÇU E NO CONTEXTO NACIONAL E GLOBAL

INTRODUÇÃO

Este capítulo parte de uma visão global sobre a migração no intuito de proporcionar uma imagem conceitual detalhada, permitindo abordar suas implicações e sua gestão pelos Estados. Para tanto, subdivide-se em duas seções. Na primeira, usa-se uma perspectiva tanto teórica quanto geográfica para entender melhor a situação de vários fluxos e perfis de migrantes, em diferentes contextos migratórios. Na segunda, apresenta-se uma visão panorâmica da região Trinacional do Iguaçu.

1.2 CONDIÇÕES MIGRATÓRIAS E DESIGUALDADES ESTRUTURAIS NO BRASIL E NO MUNDO

Historicamente, o Brasil tem lidado de forma complexa com a migração. No século XIX, o país incentivou a imigração de europeus para "branquear" a população após a abolição da escravidão. Ao longo do tempo, foram elaboradas várias políticas migratórias com intenção de variar entre abertura e controle rigoroso, impactando diferentes grupos de migrantes de maneira distintas. Para as mulheres negras, essas políticas frequentemente não consideram como a raça, o gênero e a classe se cruzam, o que pode levar a situações de vulnerabilidade e exclusão.

Nesse entendimento, a situação dos Migrantes, Refugiados e Apátridas, inclusive mundo afora, envolve vários aspectos complexos, considerando os motivos que os levam a migrar. Motivos os quais incluem fatores como crise econômica, política, social, ambiental, insegurança alimentar, entre outros. Em outras palavras, as consequências resultantes da Globalização redirecionaram o rumo das perspectivas geopolíticas e ambientais de maneira sistemática no mundo, como um todo.

Não há uma definição única e universal atribuída ao fenômeno da migração. Todavia, segundo a Organização Internacional para as Migrações (OIM), o termo refere-se a um “processo de atravessamento de uma Fronteira Internacional ou de um Estado; um movimento populacional que compreende qualquer deslocação de pessoas,

Versão Final Homologada
09/09/2025 10:09

independentemente da extensão, da composição ou das causas; inclui a migração de refugiados, pessoas deslocadas, pessoas desenraizadas e migrantes econômicos" (OIM, 2023). Apesar de que a Migração pode oferecer um importante impulso às competências no mercado de trabalho, melhorando o rendimento nacional e qualidade de vida para certos grupos, percebe-se também uma crescente desigualdade migratória. O Índice de Desenvolvimento da OIM (2024) evidencia que, no período de 1995 a 200, a migração internacional regular para países pobres e em desenvolvimento permaneceu restrita, já que essa via não se apresenta acessível a todos eles.

Quando são criadas áreas geográficas onde a circulação é livre, tanto os países quanto as pessoas que vivem nessas áreas se beneficiam significativamente. Por exemplo, a longo prazo, os países que fazem parte do espaço Schengen na Europa, onde não há necessidade de visto, experimentaram um crescimento muito maior na mobilidade das pessoas, em comparação aos países que não fazem parte desse espaço.

Da mesma forma, os protocolos da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) resultaram em um aumento da migração dentro da região e uma redução da migração para fora dela. Isso demonstra que a criação de áreas de livre circulação facilita a mobilidade das pessoas, promovendo benefícios econômicos e sociais tanto para os países envolvidos quanto para os indivíduos (OIM, 2024).

Observa-se nos estudos que abordam o tema da Migração, uma grande limitação ao tentar apenas quantificar e simplificá-la. Pois é impossível entender as implicações decorrentes, partindo de uma definição simples e concreta do mesmo, sem levar em conta o aspecto da identidade, com foco na nacionalidade e na racialidade. Visto que é a partir daí que se desencadeiam os diversos fatores que levam determinado gênero, determinada raça e nacionalidade a querer, e a ser forçada a migrar, por motivos frequentemente similares. Consequentemente, é na base dos seus perfis que se definem, que se classificam os estatutos dos migrantes. E até mesmo, que se criem, ou não, políticas públicas de acolhimento específico e de permanência a cada um deles. Uma vez que reconhece esses aspectos como cruciais, no âmbito migratório, será mais propício entender a situação migratória dos deslocados desde as suas origens, até as suas posturas dentro do país acolhedor.

O estudo do Ciampa (2001) sobre a identidade no campo da psicologia social, afirma que ao reconhecer a identidade do indivíduo, torna-se mais fácil compreender sua relação com a sociedade na qual está inserido, e vice-versa.

Versão Final Homologada
09/09/2025 10:09

Lembrando que *migrar* deixou de ser vista como um mero ato de se deslocar, mas passou a ser considerado como um fato social total, conforme a visão do Sayad (1998).

A essa altura, o Tribunal Internacional da Justiça, no caso de Nottebohm[2] de 1955, havia atribuído ao conceito de nacionalidade a definição a seguir:

> Laço jurídico que tem como base um facto social de ligação, uma conexão de existência interesses e sentimentos genuínos, com os concomitantes direitos e deveres recíprocos; o indivíduo a quem é conferida, por efeito directo da lei ou de um acte das autoridades, está mais estreitamente ligado a população de Estado (Aráujo, 2022).

Ou seja, é o vínculo político-jurídico que existe entre um indivíduo e um Estado a qual tem sentimento de pertencimento lícito. Diferentemente do termo da Nação, que é entendido como um grupo relativamente homogêneo que é unido por caracteres culturais comuns (Aráujo, 2020).

As mais remotas regulamentações jurídicas relacionadas à nacionalidade surgiram no século XIX. Assim, no exercício do seu poder soberano o Estado delimita claramente qual indivíduo pertence ao território nacional e qual é considerado estrangeiro a ele, para fins de maior controle fronteiriço. De antemão, faz-se necessário apresentar o desdobramento desse conceito conforme o glossário das nomenclaturas, por meio do Quadro 1:

Quadro 1. Desdobramento do conceito de Nacionalidade.

Nomenclaturas	**Significados**
Nacional/ Cidadão	Pessoa que goza da nacionalidade de um determinado Estado, através do nascimento ou da naturalização. É membro de uma comunidade política, devendo fidelidade a essa comunidade, gozando de toda a proteção e de todos os direitos civis e políticos.
Naturalização	Concessão de nacionalidade a um estrangeiro por um Estado através de um ato formal e a requerimento do indivíduo a que respeita. O Direito Internacional não faculta regras específicas para a naturalização mas reconhece a competência de cada Estado de naturalizar quem não é nacional e que se candidatar a essa nacionalidade.
Apátrida	De acordo com o Art. 1 da Convenção da ONU sobre o Estatuto dos Apátridas de 1954, ``Apátrida``é toda pessoa que não seja considerada por qualquer Estado, segundo sua legislação, como seu nacional. Portanto, não consegue usufruir dos direitos decorrentes da nacionalidade, da proteção diplomática do Estado e de nenhum direito permanência no Estado da residência e direito de regressar ao seu país de origem caso deseje.

[2] Aráujo (2022), ``O caso Nottebohm, entre Liechtenshein e Guatemala, apresentou a teoria do laço factual genuíno entre o Estado concessor da nacionalidade e o indivíduo que a recebe. Por uma análise de critérios subjetivos, a Corte determinou que Nottebohm não estava mais diretamente ligado à Liechtenstein do que a qualquer outro Estado.

Versão Final Homologada
09/09/2025 10:09

Quadro 1 (cont.) – Desdobramento do conceito de Nacionalidade.

Nomenclaturas	Significados
Refugiado	Pessoa que "receando com razão ser perseguida em virtude da sua raça, religião, nacionalidade, filiação em certo grupo social ou das suas opiniões políticas, se encontre fora do país de que tem a nacionalidade e não possa ou, em virtude daquele receio, não queira pedir a proteção daquele país" (Art. 1 (A) (2) da Convenção sobre o Estatuto dos Refugiados de 1951, modificado pelo Protocolo de 1967) (p. 60).
Estrangeiro	Pessoa que não é nacional de um determinado Estado.
Estrangeiro indocumentado	Estrangeiro que entra ou permanece num país sem ter os documentos legalmente exigidos para entrar num país, mas que consegue entrar clandestinamente, ou que depois de entrar com os documentos legalmente exigidos (...).

Fonte: Elaboração própria com base no Glossário sobre Migração elaborado pela OIM.

A partir dessas nomenclaturas destacadas no quadro anterior, é possível compreender melhor algumas terminologias resultantes da noção da nacionalidade, ligadas à da Migração, com base no Quadro 2:

Quadro 2 – Terminologias resultantes da noção de nacionalidade ligada à Migração.

Terminologias	Definição
Migrante	Compreende todos os casos em que a decisão de migrar é livremente tomada pelo indivíduo em questão, por razões de "conveniência pessoal" e sem a intervenção de fatores externos que o forcem a tal.
Migrante regular/ documentado	Migrante que entrou legalmente num país e aí permanece com respeito pelos critérios de admissão.
Migrante irregular/ indocumentado/ em situação irregular	Quem infringe as normas de admissão de um país e a qualquer outra pessoa não autorizada a permanecer no país de acolhimento
Migrante ambiental	Pessoas ou grupos de pessoas que, devido a alterações ambientais repentinas ou progressivas que afetam negativamente as suas vidas e condições de vida, vêem-se obrigados a deixar as suas residências habituais, e que se deslocam dentro do próprio país ou para o estrangeiro.

Fonte: Elaboração própria com referência ao Glossário sobre Migração elaborado pela OIM.

Ciente disso, abre-se pista para produzir reflexões sob à situação dos migrantes conforme as diferentes origens e seus respectivos status no decorrer dessa pesquisa. Pois, as estimativas mostram que havia 281 milhões de pessoas deslocadas no mundo, em 2020. Sendo que 135 milhões delas são mulheres. A grande maioria dessas pessoas se deslocam por razões de guerras, de conflitos armados entre civis, de catástrofes naturais, mudanças climáticas, melhores oportunidades de estudo e de trabalho, etc. Portanto, essas razões evidenciam o caráter heterogêneo da Migração (OIM, 2024).

Versão Final Homologada
09/09/2025 10:09

1.1.1 Crises Humanitárias: O Caso do Haiti e da Venezuela

A mobilidade populacional nos países do Sul Global está profundamente inserida no contexto das migrações internacionais, especialmente diante do endurecimento das políticas migratórias nos países do Norte Global. As restrições impostas por essas nações contribuem para a formação de circuitos alternativos de deslocamento humano e para a criação de normas migratórias adaptadas às realidades dos países periféricos do sistema econômico internacional (Basso, 2003). Esse cenário geopolítico, embora permita identificar particularidades em cada fluxo migratório, também revela padrões comuns que atravessam as dinâmicas de mobilidade entre países do Sul Global.

Um dos desafios centrais nos estudos contemporâneos sobre migração internacional é a necessidade de adotar perspectivas teóricas que partam do Sul Global, permitindo uma compreensão mais aprofundada das diversas modalidades migratórias. Essas mobilidades não ocorrem de forma isolada, mas se articulam à circulação global do capital e da força de trabalho (Sassen, 1990). Embora tenham raízes históricas, os fluxos migratórios atuais assumem novas configurações devido à aceleração das transformações sociais e à emergência de lógicas migratórias inéditas (Baeninger, 2018), que envolvem diferentes temporalidades, espacialidades e perfis populacionais.

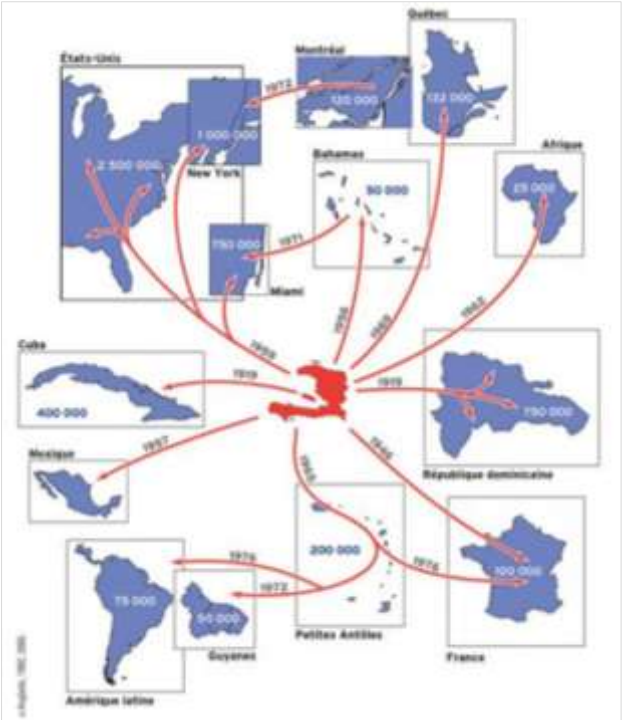
Além disso, a Migração Ambiental revela-se um dos grandes fenômenos de preocupação nesses últimos anos. Dadas as consequências severas das catástrofes naturais, de toda natureza, que podem interferir diretamente em todas as estruturas sociais, provocando assim deslocamento da população afetada à busca de segurança e melhor condição de vida em outros lugares.

No caso do Haiti, o terremoto ocorrido em janeiro de 2010, de 7,2 graus na escala Richter, deixou cerca de 230 mil mortos, feriu 300 mil pessoas, e desabrigou 2 milhões de vítimas. Tal desastre é considerado um dos motivos relevantes à migração forçada dos haitianos rumo à América do Sul, principalmente, para o Brasil (Lima; Simões, 2012; Ledix, 2021). Entretanto, a Figura 1 mostra que os haitianos já haviam tomado essa rota muito antes desse desastre natural, por motivos de conflitos armados entre civis, de violências dos Direitos Humanos e de repliques incessantes das condições sociopolíticas e econômicas graves. Criando ainda mais diversidades

Versão Final Homologada
09/09/2025 10:09

na mobilidade, como a ida para países como Chile, Equador, México, Argentina, entre outros destinos. De fato, o sismo só estendeu esse fluxo migratório.

Figura 1 - Mapeamento dos haitianos ao redor do mundo.



Fonte: Ledix (2019, p. 25)

Nessa mesma linha, a pesquisa desenvolvida por Ledix (2019) traz alguns depoimentos de informantes que participaram nela, em relação às suas trajetórias. É o caso de um participante masculino que ele identificou como “P3” que tinha descrito a sua rota vindo para o Brasil da forma seguinte:

> Passamos por muitos países, muitas cidades, mas o nosso destino era aqui. O trajeto foi assim: Haiti - República Dominicana - Colômbia - Equador - Peru e até chegar em Rio Branco (Brasil). De lá fomos para São Paulo e, em seguida, mudamo-nos para Coronel Vivida (Ledix, 2019, p. 26).

Os haitianos que migraram para o Equador enfrentaram grandes dificuldades para regularizar sua situação migratória. Segundo o Serviço Jesuíta para Refugiados e Migrantes, a ausência de um consulado haitiano no país por um longo período impediu que a documentação necessária fosse emitida localmente – obrigando os migrantes a obtê-la diretamente do Haiti – a um custo elevado e com processos burocráticos complexos (Louidor, 2011). Como resultado, muitos haitianos permaneceram em condição irregular, pois entraram no país como turistas e não conseguiram alterar esse status.

Versão Final Homologada
09/09/2025 10:09

Como apontou o pesquisador, essa irregularidade os torna vulneráveis a diversas violações de direitos, sendo o direito ao trabalho digno e seguro um dos mais frequentemente desrespeitados. Sem documentos adequados, os haitianos ficaram à mercê de condições precárias de emprego, sujeitos à exploração e sem acesso a garantias trabalhistas básicas. Essa situação evidencia como barreiras burocráticas podem perpetuar a marginalização de grupos migrantes, dificultando sua integração e acesso a direitos fundamentais. Ainda assim, os estados acolhedores estabelecem regras, regem leis para limitar a entrada e a estada deles com objetivo de regularizar a migração.

Para Silva (2020) a chegada dos haitianos ao Brasil levantou importantes questões jurídiques e sociais, especialmente, no que tange à regularidade de sua entrada, pois do ponto de vista jurídico estariam entrando ilegalmente. Os pesquisadores (Fernandes, 2014 ; Louidor, 2011; Ledix, 2021) identificaram que muitos haitianos deixaram seu país motivados por informações vagas sobre a receptividade do Brasil à imigração. Pois a maioria acreditava que o "porto" brasileiro estava aberto, enquanto outros chegaram sem conhecimento prévio sobre o país e tiveram que atravessar fronteiras sob a orientação de coiotes. Essa dinâmica migratória se conecta diretamente às dificuldades enfrentadas pelos haitianos no Equador, onde a falta de um consulado haitiano e a burocracia complexa os mantiveram em situação irregular.

Assim, tanto no Brasil quanto no Equador, a precariedade documental e a desinformação inicial contribuíram para a vulnerabilidade desses migrantes, expondo-os a violações de direitos fundamentais, especialmente no acesso ao trabalho digno e seguro. “O CONARE[3] havia recebido 1.534 solicitações de refúgio de imigrantes haitianos que conseguiram entrar, clandestinamente, na fronteira com a Bolívia e o

[3] O Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE) é o órgão colegiado, vinculado ao Ministério da Justiça, que reúne segmentos representativos da área governamental, da Sociedade Civil e das Nações Unidas, tendo como finalidade: analisar o pedido sobre o reconhecimento da condição de refugiado; deliberar quanto à cessação “ex-officio”, ou mediante requerimento das autoridades competentes, da condição de refugiado; declarar a perda da condição de refugiado; orientar e coordenar as ações necessária à eficácia da proteção, assistência, integração local e apoio jurídico aos refugiados; com a participação dos Ministérios e instituições que compõem o Conare; e aprovar instruções normativas que possibilitem a execução da Lei n° 9474/97. O Comitê é composto por O Comitê é composto por representantes dos seguintes órgãos: Ministério da Justiça, que o preside; Ministério das Relações Exteriores, que exerce a Vice-Presidência; Ministério do Trabalho e do Emprego; Ministério da Saúde; Ministério da Educação; Departamento da Polícia Federal; Organização não-governamental, que se dedica a atividade de assistência e de proteção aos refugiados no País – Cáritas Arquidiocesana de São Paulo e Rio de Janeiro; e Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados – ACNUR, com direito a voz, sem voto”, MJ (2012).

Versão Final Homologada
09/09/2025 10:09

Peru. Eles buscam refúgio da pobreza do Haiti, agravada pelo terremoto" (Lima; Simões, 2012, p. 11).

No início de 2011, no auge da construção das duas hidrelétricas, no rio Madeira, chegaram os primeiros migrantes em Porto Velho, atraídos, inicialmente, por uma promessa de trabalho de uma suposta empresa que estaria instalada no distrito de Nova Mutum, a 110 km de Porto Velho (Cotinguiba; Pimentel, 2015b). Esse grupo de um pouco mais de 50 haitianos se disse "enganado" por um funcionário do governo do Acre na cidade de Brasileia, fronteira do Brasil com a Bolívia, que fornecerá um número de telefone aos imigrantes de uma empresa que não existia.

Enquanto os haitianos tentavam encontrar uma solução para o impasse, as autoridades governamentais já haviam sido acionadas e, em ônibus, levou-os para a cidade de Porto Velho e os alojou no Ginásio de Esportes Cláudio Coutinho, na região central da cidade 105. Naquela mesma semana a cidade recebeu o total de 105 haitianos. A chegada dos grupos maiores de haitianos a partir de março de 2011 fez com que o governo estadual se mobilizasse e buscasse uma solução ou um paliativo imediato para as duas demandas principais, alojamento e alimentação (Cotinguiba, 2014).

Diante desse cenário, o Conselho Nacional de Imigração (CNIg) adotou uma solução inovadora ao conceder vistos de caráter humanitário, estabelecendo um marco na política migratória nacional. Essa decisão alinha-se aos princípios do Plano Nacional de Direitos Humanos, reforçando o compromisso do Brasil com a proteção de populações vulneráveis. Porém, ao mesmo tempo, isso cria um precedente que estimula a busca por medidas similares por outros grupos afetados por crises humanitárias e desastres ambientais. Portanto, o país vem tomando decisões específicas relativas a essa onda migratória, suscitando assim uma variedade de respostas dos líderes governamentais e entidades do governo brasileiro, além de movimentos sociais, ONG 's, partidos políticos e sindicatos.

Já no caso da Venezuela, a intensificação da crise econômica, política, social e humanitária a partir de 2013– quando Nicolás Maduro assumiu a presidência após a morte de Hugo Chávez –, foi um ponto de inflexão que impulsionou a mobilidade em direção ao Brasil. A comunidade internacional considerou essa crise como uma situação grave, considerando tamanha violação de Direitos Humanos. O que ensejou importantes reflexões sobre o tema, e levou a tomadas, de decisões favoráveis aos imigrantes venezuelanos, por meio da normativa n.126/2017 do CNIg e posteriormente pela

Versão Final Homologada
09/09/2025 10:09

portaria Interministerial n.9/2018, que dispõe sobre a concessão de autorização de residência ao imigrante que esteja em território brasileiro e seja nacional de país fronteiriço onde nação esteja em vigor o Acordo de Residência para nacionais dos estados partes do Mercosul e países associados a fim de atender a interesse da política migratória. (DOU, 2018).

De fato, ocorre o crescente fluxo migratório venezuelano para o Norte do Brasil a partir de 2015, especialmente em Roraima. Esse fluxo tem aumentado bastante atingindo patamares inesperados. De acordo com dados registrados pela Polícia Federal em 2016, havia 10 mil pessoas que ingressaram pela fronteira em Roraima. O aumento dessa entrada passou por variações consideráveis, no que diz respeito às solicitações de refúgio feitas por eles. A partir de dezembro de 2019, o país passou a considerar a grave violação de direitos humanos como critério para conceder refúgio a esses migrantes. Como resultado, entre dezembro de 2019 e agosto de 2020, o CONARE aprovou coletivamente o reconhecimento de 46.100 refugiados venezuelano, (Baeninger *et al*., 2021).

1.2 A REGIÃO DA TRÍPLICE FRONTEIRA E A SUA DIVERSIDADE

Marcada por uma rica teia de culturas diversas, a região da Tríplice Fronteira é repleta de cores – de línguas, de artes, de trocas, de raças, de lutas, de memórias – e também de histórias apagadas. Diante de sua composição multidimensional e complexa, aborda-se apenas alguns dos aspectos que a constituem, pois exige abordagens mais profundas e contínuas para entender todas as suas dimensões.

Conforme ilustrada na Figura 2, os Rios Paraná[4] e Iguaçu[5] são as fronteiras naturais que separam e/ou unem as cidades de Foz do Iguaçu, Ciudad del Este, e de Puerto Iguazú. Historicamente, os limites que as separaram foram constituídos durante o tratado de Tordesilhas em 1494, onde se definiu a divisão territorial entre Portugal e Espanha para demarcar as áreas a serem exploradas. Em seguida foi o Tratado de Madri[6] em 1750, e ratificados nos tratados de Santo Idelfonso.

---

[4] O Rio Paraná é reconhecido como o nono mais extenso do mundo (Silva, 2022).

[5] O Rio Iguaçu deságua no Rio Paraná formando as Cataratas do Iguaçu, divididas entre os territórios brasileiro e argentino (Ibidem,2022).

[6] O Tratado de Madri (1750) foi um acordo diplomático assinado por Portugal e Espanha em 13 de janeiro de 1750, para resolver as disputas territoriais que os dois países tinham desde o fim da União Ibérica no século XVI. Assim, oficializou a expansão territorial do Brasil e incentivou sua povoação.

Versão Final Homologada
09/09/2025 10:09

Figura 2 - A divisa marítima entre Foz do Iguaçu (Brasil), Ciudad del Este (Paraguai) e Puerto Iguazú (Argentina)

Fonte: Imagem da tríplice fronteira. Acesso em: nov. 2024.

Para compreender melhor a dinâmica e as particularidades dessa região, também chamada de Região Trinacional do Iguaçu/Iguassu e Fronteira Trinacional, é essencial explorar, de antemão, as características individuais de cada um dos três países que a compõem. Para isso, faz-se necessário trazer a abordagem de Sela (2012) referente ao recorte espacial dessa zona fronteiriça, a fim de diferenciar as suas duas dimensões, sendo a *linearidade* e a *zonalidade*.

A primeira dimensão refere-se ao aspecto jurídico regido pelos tratados nacionais entre os países para ter conhecimento preciso dos limites territoriais estabelecidos entre ambos. No caso do Brasil, a *linearidade* fronteiriça foi estabelecida durante o período da ditadura militar, pela Lei 6.634 de 1974 e pelo decreto 85.064 de 26 de agosto de 1980. Essas regulamentações fixaram a área fronteiriça a 150 km, sendo indispensável a Segurança Nacional (DOU, 1979). Logo, a cidade de Foz do Iguaçu está compreendida nesta mesma faixa.

Por outro lado, a extensão da fronteira do Paraguai (Ciudad del Este) é de aproximadamente 1.365 km, conforme estipulado no Tratado de Limites entre Brasil e Paraguai, devidamente assinado em 9 de janeiro de 1872. Esse tratado abrange também aspectos ligados à exploração de recursos hídricos e minerais, além de antecipar possíveis mecanismos de litígios futuros. Linearmente, a fronteira entre o Brasil (Foz do Iguaçu) e a Argentina (Puerto Iguazú) foi estabelecida pelo Tratado de Limites de 1898, consolidado pelo Protocolo Completar de 1920. Nele a sua extensão foi fixada a

Versão Final Homologada
09/09/2025 10:09

cerca de 1.224 km, abrangendo tanto as delimitações terrestres como fluviais (MRE, 2001).

No que tange à política migratória brasileira, o Estado Brasileiro institui a lei de migração, de 24 de maio de 2017, trazendo pontos significativos na proteção dos direitos dos migrantes. Os quais apresentam alguns pontos ambíguos e deixam uma margem para interpretações divergentes. Como ler no seu terceiro artigo:

> Art. 3º - A política migratória brasileira rege-se pelos seguintes princípios e diretrizes:
> I- universalidade, indivisibilidade e interdependência dos direitos humanos;
> II - repúdio e prevenção à xenofobia, ao racismo e a quaisquer formas de discriminação;
> III - não criminalização da migração;
> IV - não discriminação em razão dos critérios ou dos procedimentos pelos quais a pessoa foi admitida em território nacional;
> V - promoção de entrada regular e de regularização documental;
> VI - acolhida humanitária;
> VII - desenvolvimento econômico, turístico, social, cultural, esportivo, científico e tecnológico do Brasil;
> VIII - garantia do direito à reunião familiar;
> IX - igualdade de tratamento e de oportunidade ao migrante e a seus familiares;
> X - inclusão social, laboral e produtiva do migrante por meio de políticas públicas;
> XI - acesso igualitário e livre do migrante a serviços, programas e benefícios sociais, bens públicos, educação, assistência jurídica integral pública, trabalho, moradia, serviço bancário e seguridade social;
> XII - promoção e difusão de direitos, liberdades, garantias e obrigações do migrante;
> XIII - diálogo social na formulação, na execução e na avaliação de políticas migratórias e promoção da participação cidadã do migrante;
> XIV - fortalecimento da integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, mediante constituição de espaços de cidadania e de livre circulação de pessoas;
> XV - cooperação internacional com Estados de origem, de trânsito e de destino de movimentos migratórios, a fim de garantir efetiva proteção aos direitos humanos do migrante;
> XVI - integração e desenvolvimento das regiões de fronteira e articulação de políticas públicas regionais capazes de garantir efetividade aos direitos do residente fronteiriço;
> XVII - proteção integral e atenção ao superior interesse da criança e do adolescente migrante; XVIII - observância ao disposto em tratado [...].

Embora o país disponha de legislações que tenham oferecidas essas diversas oportunidades e formas de acolhimento dos estrangeiros, garantindo proteção dos seus direitos, surge a necessidade de mostrar quão paradoxal são, na prática, a aplicação de algumas delas, conforme destacadas em negritos, considerando os perfis dos venezuelanos e haitianos no contexto migratório brasileiro.

Enquanto o Estatuto do Estrangeiro via o imigrante como alguém que deveria ser constantemente controlado pela Polícia Federal ao longo de sua permanência no

Versão Final Homologada
09/09/2025 10:09

país, a nova norma jurídica busca não apenas ampliar os mecanismos de controle, mas também viabilizar a conquista da cidadania pelos estrangeiros que se integrem de forma produtiva à sociedade brasileira (Varella et al., 2017).

Dessa maneira, a Lei nº 13.445/2017 alinha o tratamento da questão migratória aos princípios consagrados na Constituição Federal de 1988 e em importantes Tratados Internacionais sobre o tema. Por exemplo, a Declaração Universal dos Direitos Humanos da ONU, a Convenção da ONU sobre Trabalhadores Migrantes, a Convenção da ONU sobre o Estatuto dos Refugiados de 1951 e os Protocolos relativos ao Tráfico de Pessoas e ao Contrabando de Imigrantes.

Apesar de representar significativos avanços em relação à legislação anterior, especialmente ao priorizar o respeito aos Direitos Humanos, a Lei em questão não contempla aspectos cruciais, como o exercício dos direitos políticos pelos imigrantes (Wermuth, 2020). A ausência de mecanismos que permitam sua participação política nas decisões que os afetam impede que ocorra uma integração plena e efetiva desses indivíduos na sociedade (Wermuth; Aguiar, 2018).

O Paraguai adota uma abordagem mais flexível para a migração, especialmente devido à presença significativa de imigrantes brasileiros no país. A Lei de Migração do Paraguai (Lei nº 978/1996) estabelece as condições para a entrada e permanência de estrangeiros.

> A partir da redemocratização do Paraguai, foi editada a Lei n.978/1996 para regulamentar as migrações, bem como inserir restrições e barreiras político-administrativas do Estado em relação à presença brasileira (Szekut; De Oliveira, p. 303-331, 2016).

Essa legislação garante diversos direitos aos migrantes, alinhando-se aos princípios de não discriminação e inclusão social. Além disso, permite que estrangeiros em situação irregular regularizem seu status no país, desde que atendam aos requisitos estipulados. A lei reconhece e adota os princípios estabelecidos em tratados e convenções internacionais dos quais o Paraguai é signatário, como a Declaração Universal dos Direitos Humanos, a Convenção Internacional sobre a Proteção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e Membros de suas Famílias, e acordos regionais no âmbito do Mercosul e outros fóruns sul-americanos. Em suma, a Lei nº 978/1996 é uma regulamentação abrangente, que busca equilibrar segurança, desenvolvimento econômico e respeito aos direitos humanos. Também reflete o

Versão Final Homologada
09/09/2025 10:09

compromisso do Paraguai com a integração regional, especialmente no contexto do Mercosul, ao facilitar a mobilidade e a inclusão dos cidadãos dos países vizinhos.

Assim como o Brasil revisou sua legislação migratória, a Argentina também atualizou sua normativa. A atual Lei de Migrações (Lei nº 25.871/2004) substitui a antiga legislação de 1981, conhecida como Lei Geral de Migrações e Fomento (Lei nº 22.439/1981), também chamada de *Ley Videla*. De maneira geral, a legislação de 1981 refletia fortemente os valores do período de ditadura cívico-militar, com uma ênfase no princípio da segurança nacional, o que implicava na exclusão dos "inimigos externos", ou seja, os não nacionais. Em contraste, devido às pressões de movimentos sociais focados nas questões que afetam a população migrante, a Lei atual passou a reconhecer os migrantes como sujeitos de direitos, considerando a migração como um direito humano, conforme o Artigo 4º. No entanto, em oposição ao que foi estabelecido pela Lei de Migração de 2004, a promulgação do Decreto de Necessidade e Urgência (DNU) nº 70/2017, que consideramos um ato reacionário, trouxe mudanças significativas, classificadas como preconceituosas, ao propor a criminalização e a exclusão dos migrantes no território argentino (Lanza; Domingos; Nunes, 2024).

Já a dimensão da *zonalidade* enquadra-se no âmbito econômico e social. Dito isto, é marcada pelas relações humanas, baseadas em atividades sociais, culturais, econômicas, entre outros. Por exemplo, a criação da Ponte da Amizade, inaugurada em 1967 conectando Foz do Iguaçu a Ciudad del Este, e a Ponte Tancredo Neves ligando Foz do Iguaçu a Puerto Iguazú pela via terrestre evidenciam tal dimensão. Nesse sentido, essa dimensão mostra o aspecto subjetivo de fronteira, pois essas relações vão além dos limites nacionais e até mesmo das normas legalmente estabelecidas. Sendo assim, a demarcação territorial não é suficiente para impedir inter relações entre os sujeitos sociais, pois nela transmitem por diferentes motivos, os quais são muitas vezes para alcançar uma melhor condição de vida ou criar novas condições de sobrevivência (Kleinschmitt, 2014).

Foz do Iguaçu está localizada no extremo Oeste do Estado Paraná, região Sul do Brasil. Pesquisas arqueológicas, realizadas pela Universidade Federal do Paraná no espaço brasileiro do reservatório de Itaipu, situam em 6.000 a.C, a presença dos índios na região. Porém, passou a ser vista como região que merece atenção, com a chegada do primeiro europeu, que ``descobriu`` as Cataratas do Iguaçu, em 1542. Vindo da Espanha, quando pretendia chegar em Assunção, no Paraguai. Naquele período,

Versão Final Homologada
09/09/2025 10:09

conforme o Tratado de Tordesilhas, o território iguaçuense pertencia ainda à Coroa Espanhola (PMFI, 2013).

> Durante a época imperial, esta região ficou praticamente esquecida. A fronteira brasileira com o mundo espanhol havia sido definida pelo Rio Paraná. A solidez dessa fronteira, passando por um rio caudaloso, levou provavelmente ao desinteresse de sua colonização durante todo o século XIX[...] Por terra era praticamente impossível chegar até essa região fronteiriça. Em meados do século XIX o Brasil assinou tratados de navegabilidade fluvial com a Argentina e o Paraguai. Esses países permitiram ao Brasil a navegabilidade dos Rios Paraná e Paraguai, a fim de que os brasileiros pudessem chegar à isolada província de Mato Grosso. Em contrapartida, a Argentina obteve do Brasil a permissão de navegar o Rio Paraná, de foz do rio Iguaçu até as Sete Quedas, ficando mais exposta à penetração Argentina, via fluvial, do que à ligação terrestre com os grandes centros brasileiros (Wachowicz, 2002, p. 231).

Essa estratégia evidencia como a geopolítica da época aliada com as barreiras naturais, resultou na manutenção dessa região em um estado de relativo esquecimento por parte do Brasil imperial priorizando o controle fluvial para consolidar suas fronteiras internas. No início do século XX, a sua população era próxima a 2.000 habitantes e possuía uma hospedaria, quatro mercearias, um quartel militar, estação telegráfica, engenhos de açúcar e cachaça e agricultura de subsistência. De acordo com o último censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2022, a área territorial desse município é de 609,192 km² o que o coloca na posição 101 de 399 entre os municípios do estado e 2128 de 5570 entre todos os municípios.

A cidade de Foz do Iguaçu amplamente reconhecida por abrigar as Cataratas do Iguaçu e a Usina ITAIPU uma das maiores do mundo em geração de energia desempenha também um papel estratégico no turismo internacional, sendo um importante polo de imigrantes, especialmente árabes, chineses, e libanes, o que contribui para um ambiente multicultural vibrante (SILVA,2022).

Ciudad del Este, está localizada na região oriental do Paraguai, capital do Departamento de Alto Paraná. A cidade, além de ser vizinha de Foz do Iguaçu, faz conurbação com outros três municípios paraguaios: Presidente Franco (faz divisa com Puerto Iguazu, Foz do Iguaçu, Ciudad del Este e Minga-Guazú). Na base da obra “Geografia Ilustrada do Paraguai” (Silva, 2007 apud Cury, 2008), Presidente Franco foi fundada em 1929, sendo um dos principais portos fluviais do Paraguai, com o transporte de madeira, erva-mate e soja. De acordo com a Dirección General De Estadísticas, Encuestas y Censos (DGEEC) do Paraguai, em 2007 a cidade de Presidente Franco possuía 68.242 habitantes.

Versão Final Homologada
09/09/2025 10:09

Fundada em 1957, ela é o segundo maior centro urbano do país, ela se destaca pelo comércio de exportação, especialmente de produtos eletrônicos, vestuário e cosméticos que atraem compradores de diversas partes do Brasil, do Brasil e da Argentina. Seu desenvolvimento econômico foi impulsionado pela construção da Ponte da Amizade, que conecta diretamente com Foz do Iguaçu, facilitando o fluxo comercial entre os dois países. O comércio informal também desempenha um papel crucial na economia local, refletindo tanto oportunidades quanto desafios para a gestão urbana e fiscal da cidade.

Puerto Iguazu está situada na Província de Missiones, Região Nordeste da Argentina. Na sua inauguração era denominada de Puerto Aguirre. Em 1943 passou a ser denominada como é conhecida na atualidade, mas em 1951 o presidente da Argentina alterou o nome para Eva Perón, contudo, com o fim da ditadura, voltou a ser denominada Puerto Iguazú. A cidade foi fundada em 1901 a partir da primeira excursão às Cataratas do Iguaçu. De acordo com os Indicadores Socioeconômicos de Desenvolvimento Regional do Departamento Iguazú (2001), Puerto Iguazú apresentava uma população de 33.799 habitantes, sendo a menos ativadas três cidades que compõem a tríplice fronteira (Ibidem, 2008).

O turismo é o principal motor econômico da cidade que oferece uma infraestrutura robusta para receber visitantes, incluindo hotéis, restaurantes e serviços turísticos. Puerto Iguazú é reconhecida também por sua rica biodiversidade e pelo compromisso com a conservação ambiental, integrando iniciativas de sustentabilidade em suas práticas de gestão turísticas (Silva, 2022).

Nesse aspecto, entendemos como a importante infraestrutura como a Ponte da Amizade e a Ponte Tancredo Neves facilita o intercâmbio comercial e cultural, promovendo a integração entre essas três cidades. Ademais, a Universidade Federal da Integração Latino Americana, (UNILA), criada em 2010, sediada em Foz do Iguaçu desempenha um papel fundamental na promoção da integração académica e cultural entres os países da América Latina, atraindo estudantes de diversas nacionalidades e fomentando o diálogo intercultural e o desenvolvimento regional.

O fluxo migratório na Tríplice Fronteira pode ser compreendido a partir de diversas ondas que marcaram a história da região. Inicialmente, no final do século XIX e início do século XX, houve a chegada de imigrantes europeus, principalmente italianos, alemães, poloneses e espanhóis, atraídos pelas oportunidades agrícolas e pelo

Versão Final Homologada
09/09/2025 10:09

acesso a terras férteis. Esses imigrantes foram fundamentais para o desenvolvimento agrícola da região, estabelecendo colônias que até hoje mantêm tradições culturais vivas (Silva, 2022).

Na década de 1970, com a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu, ocorreu uma nova onda migratória significativa. A obra, considerada uma das maiores do mundo em sua categoria, demandou uma grande força de trabalho, atraindo migrantes de diversas partes do Brasil e de países vizinhos, como o Paraguai e a Argentina. Esse processo não apenas acelerou o crescimento urbano de Foz do Iguaçu e Ciudad del Este, mas também transformou o perfil demográfico da região, com o surgimento de bairros operários e a expansão de áreas urbanas (*Ibid.*, 2022).

Além das migrações intra-regionais, Silva (2022) afirma que a Tríplice Fronteira também se destacou pela presença de comunidades árabes, principalmente libaneses e sírios, que se estabeleceram em Ciudad del Este a partir da década de 1980. Esses grupos desempenham um papel crucial no comércio local, especialmente no setor de importação e reexportação de eletrônicos, vestuário e produtos de consumo. A influência cultural desses imigrantes é visível na presença de mesquitas, centros culturais e eventos tradicionais que refletem suas raízes.

Mais recentemente, o contexto de crises políticas e econômicas em países latino-americanos, como a Venezuela e o Haiti, tem impulsionado novos fluxos migratórios para a Tríplice Fronteira. Migrantes em busca de melhores condições de vida e oportunidades de trabalho encontram na região um espaço de relativa acessibilidade devido à flexibilidade das fronteiras e à presença de uma economia informal robusta. Esse cenário amplia a diversidade étnica e cultural da região, ao mesmo tempo em que apresenta desafios relacionados à integração social e ao acesso a serviços públicos.

Vale ressaltar que a presença da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), em Foz do Iguaçu, representa um importante vetor de integração regional. A instituição reúne estudantes de toda a América Latina, promovendo o intercâmbio de conhecimentos e culturas, além de contribuir para a construção de uma identidade latino-americana compartilhada. Na percepção do mesmo autor, a UNILA é um exemplo de como a educação pode ser um instrumento poderoso de coesão social em contextos de diversidade.

Em suma, o fluxo migratório na Tríplice Fronteira é um fenômeno dinâmico que reflete tanto a história quanto os desafios contemporâneos da América Latina. A

Versão Final Homologada
09/09/2025 10:09

diversidade cultural resultante desses processos migratórios é um dos principais ativos da região, contribuindo para sua vitalidade social e econômica, mas também exigindo políticas públicas que promovam a inclusão, o respeito às diferenças e a cooperação entre as nações envolvidas.

1.2.1 Atores na Gestão da Migração no Brasil e Políticas Públicas Voltadas à População Migrante

No Brasil a gestão da Migração tem sido feita por um conjunto de instituições da esfera pública. Não obstante, o Estado continua sendo o primeiro agente regulador do processo migratória, tanto para com emigrantes brasileiros quanto para imigrantes que chegam no país, no aspecto objetivo como subjetivo (Reis, 2011). Sendo assim, nesse processo, tem atuado junto com o Estado atores como o Conselho Nacional de Imigração, o Sistema de Registro Nacional Migratório, Ministério do Trabalho e Emprego, o Ministério das Relações Exteriores, o Ministério da Justiça e o seu Departamento de Polícia Federal e o Congresso Nacional. De maneira indireta, outras instituições também somam nessa gestão, é o caso do Ministério da Educação e Tecnologia, com seus respectivos órgãos de concessão de bolsa de estudos (Capes e CNPq), bem como o Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio por intermédio de sua Secretaria de Inovação, entre outras.

Embora não ocupem um papel central na tomada de decisão institucional, as Organizações Não Governamentais (ONGs) também têm desempenhado um papel relevante na provocação de mudanças nas políticas migratórias no país, como confirma o pesquisador Coentro no seu estudo sobre Políticas Públicas e gestão das migrações internacionais no Brasil:

> As organizações sociais exercem importante papel no suporte aos imigrantes e refugiados, auxiliando-os no processo de adaptação ao país, facilitando a articulação desses estrangeiros (quando já não estão articulados) a redes já estabelecidas de imigrantes e algumas vezes os auxiliam em seu estabelecimento no curto prazo. Além do suporte direto ao imigrante, as organizações sociais acumulam amplo conhecimento sobre as necessidades e dificuldades dos imigrantes nos países de destino e assim carregam um enorme volume de informações úteis para municiar o debate de políticas para os migrantes (Coentro, 2011, p. 117).

Como Coentro a pesquisadora Patarra (2006), ressalta também a relevância fundamental dos movimentos sociais e de outras expressões da sociedade civil organizada no debate sobre migrações. Nessa mesma linha, levantamento realizado pelo

Versão Final Homologada
09/09/2025 10:09

Centro de Direitos Humanos e Cidadania do Imigrante (CDHIC), em parceria com a Articulação Sul-Americana Espaço Sem Fronteiras (ESF) – ambas ONGs com forte representatividade nas pautas críticas relacionadas às migrações internacionais–indicam que o Brasil passa por uma transformação progressiva nos paradigmas que regem suas políticas migratórias. Essa transformação é considerada tanto "gradativa e relativa", pela lentidão com que se processa, como relativa, pois rompe completamente com os modelos anteriores (CDHIC; ESF, 2012, p. 31).

Contudo, a promulgação da nova Lei da Migração (LDM), em 2017, foi um marco decisivo no processo migratório brasileiro, no sentido que assume uma postura correspondente aos Direitos Humanos. Em contraste com o caráter securitarista contida no Estatuto do Estrangeiro conforme desenvolvido durante o período da ditadura militar (1964-1985), a LDM reconhece como direito fundamental de todas as pessoas o acesso à Educação, à saúde e à assistência independente da origem nacional ou condição migratória.

Nessa mesma perspectiva foram tomadas diversas iniciativas de elaboração de planos de Políticas Públicas para pessoas em mobilidade seguindo uma abordagem integrativa que visa incluir o migrante – respeitando suas particularidades – em todas as dimensões da vida social. Essa perspectiva também impulsionou a mobilização da sociedade nacional, promovendo a sensibilização e incentivando a produção de conhecimento e pesquisas sobre o tema (Caiola e Lanza, 2024).

De acordo com Secchi (2014), às Políticas Públicas são vistas como diretrizes que tratam tanto do conteúdo concreto quanto do simbólico das decisões políticas, além do processo de construção e implementação dessas decisões. Assim, sob a ótica da coordenação migratória brasileira, reconhecemos a importância das Políticas Públicas, em âmbito nacional e regional. Visto que elas são instrumentos fundamentais visando atender as reais necessidades das pessoas em situação de mobilidade humana e promover uma sociedade mais solidária, igualitária e justa para todos.

Desse modo, a criação do primeiro Plano Estadual de Políticas Públicas para Promoção e Defesa dos Direitos de Refugiados, Migrantes e Apátridas foi lançado em 2014, no Estado do Paraná. Esse plano, de natureza intersetorial, foi estruturado na base das propostas formuladas durante a Primeira Conferência Estadual sobre Migrações e Refúgio do mesmo. Com vigência entre os anos de 2014 e 2016, sua elaboração contou com o apoio do Comitê Estadual para Refugiados e Migrantes. De fato, em abril de

Versão Final Homologada
09/09/2025 10:09

2015 foi promulgada a Lei nº 18.465, que instituiu o Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas (CERMA), atribuindo-lhe a responsabilidade de acompanhar e fiscalizar a execução das Políticas Públicas voltadas a essa população, na esfera da Administração Pública no Estado.

Porém, o processo de monitoramento não teve continuidade por ser inserido no contexto de uma primeira tentativa de plano voltado para a população migrante no estado, pois as atividades do comitê tiveram início efetivo, praticamente, no último ano de sua vigência, conforme informado no relatório de monitoramento das ações previstas no referido plano. De acordo com a análise apresentada por CERMA no mesmo relatório, o plano constava 6 eixos sendo; Educação, Família e Desenvolvimento Social, Saúde, Justiça, Cidadania e Direitos Humanos, Segurança Pública e por fim, Trabalho.

Dito isto, foram previstas 21 ações das quais 17 foram realizadas, sendo 9 realizadas plenamente; 8 realizadas parcialmente e 4 ações não foram realizadas. Em números percentuais, 80,9% das ações foram realizadas, embora 42,8% delas tenham sido realizadas plenamente e 38% realizadas parcialmente. Quanto às ações não realizadas, este número fica em torno de 19%. Considerando que as ações que não foram realizadas são de grande importância, o CERMA elaborou e aprovou algumas recomendações conforme apresentadas no Quadro 3.

Para tanto, foi construído em seguida o segundo Plano Estadual de Políticas Públicas para Promoção e Defesa dos Direitos dos Migrantes, Refugiados e Apátridas do Paraná 2022-2025. Surgiu então num contexto complexo, no qual teve influência da nova Lei de Migração, quando ainda a atmosfera política era permeada por discursos xenofóbico e medidas restritivas. Nessa conjuntura, o determinado plano pretendia estabelecer estratégias mais includentes atendendo às necessidades dos migrantes, refugiados, e apátridas e tentar confrontar os preconceitos e obstáculos enfrentados por esse grupo, tal como evidenciado no documento:

> [...] o Plano não deve limitar-se a uma política de governo, com tempo delimitado, orientações passageiras ou circunstâncias. Ao contrário, esse documento deve representar uma política de Estado, possuindo caráter estrutural, sistêmico e orgânico que reflete o dever institucional do estado Paraná, de promover e garantir os direitos da população Migrantes, Refugiados e Apátridas (Paraná, 2014).

Versão Final Homologada
09/09/2025 10:09

Quadro 3 – Recomendações elaboradas e aprovadas pelo CERMA referente ao Plano de Políticas Públicas para Defesa de Refugiados, Migrantes e Apátridas.

Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento social	**Secretaria de Estado da Educação**	**Secretaria de Estado de Justiça, Trabalho e Direitos Humanos**	**Secretaria de Estado da Saúde**	**Secretaria de Estado de Segurança Pública**
1 Fortalecimento da implementação do CadÚnico junto à população migrante com estratégias de busca ativa e garantia do acesso à informação. **2** Recomendação aos municípios de que estes levem em consideração a especificidade das questões migratórias e culturais quando estabeleceram processos de integração de Refugiados, Migrantes e Apátridas nos programas e serviços socioassistenciais.	**1** Articulação da temática nos currículos da educação básica. **2** Estabelecimento de parcerias com as IES a fim de promover a articulação do ensino, pesquisa e extensão com a temática da migração. **3** Divulgação dos programas de ensino de Língua Portuguesa para o segmento de migrantes, refugiados e apátridas.	**1** Implementação do processo de descentralização do Centro Estadual de Informação para Migrantes, Refugiados e Apátridas, com estratégias de atendimentos regionalizados. **2** Promoção de formação continuada aos agentes públicos.	**1** Orientação aos municípios para que promovam iniciativas de busca ativa, a partir dos territórios, para cadastro de Cartão SUS. **2** Ampliação dos processos formativos aos técnicos e profissionais de saúde. **3** Organização de ações a partir de uma noção ampliada da constituição do processo saúde-doença, suas múltiplas determinações e os aspectos culturais e identitários dos migrantes.	**1** Detalhamento de informações pertinentes com indicadores mais precisos em relação à execução das ações, haja vista que as respostas da SESP não correspondem às ações do Plano. **2** Ampliação da sensibilização específica à temática migratória aos órgãos de Segurança Pública do Estado do Paraná, tendo em vista que as ações realizadas só foram executadas na região de Foz do Iguaçu.

Fonte: Criado tendo como base o relatório de Monitoramento das Ações previstas no Plano Estadual de Políticas Públicas para Promoção e Defesa dos Direitos de Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná (2018).

Partindo do exposto, esse plano é composto por 6 eixos temáticos, a saber: Educação; Família e Desenvolvimento Social; Saúde; Justiça, Trabalho e Direitos Humanos; Segurança Pública; Comunicação e Cultura. Em conformidade com a visão Sayadiana da migração, que revela desigualdades estruturais entre nações e classes sociais, o dito plano possui como objetivos proporcionar meios para construção e implementação de Políticas Públicas em direção promoção e defesa dos Direitos Humanos dos Migrantes, Refugiados e apátridas, no intuito de garantir Direitos Humanos e fundamentais no Estado do Paraná.

Versão Final Homologada
09/09/2025 10:09

Por se tratar de um plano que está ainda no último ano do período de vigência (2022-2025), revela-se desafiador avaliar o impacto de todas ações propostas nele, dentro desse intervalo. Por conta disso, nesse estudo, só é possível realizar uma breve análise de dois dos eixos, restringindo-lhe aos eixos II e IV apenas.

Nesse plano, o Eixo II "Família e Desenvolvimento Social" contém 10 ações comparativamente com o anterior que possuía apenas 3 ações. Ele contempla ações relacionadas ao acesso dos migrantes aos serviços socioassistenciais do Brasil. Além disso, foi prevista a coleta sistemática de dados da população em questão, objetivando viabilizar a oferta de serviços nas regiões com maior demanda. Quer dizer que busca incentivar a estruturação dos atendimentos especializados voltados ao público alvo, proporcionando subsídios para que os profissionais atuem de acordo com as necessidades apresentadas.

Observando o tempo estipulado para a execução desse plano e a lentidão como as ações estão sendo implementadas, parece irrealista alcançar as metas que foram fixadas para cada uma delas. Essa observação se apoia sobre a semelhança estrutural entre as etapas do plano com o antecedente. Pois as ações previstas tiveram como período de implementação 2020 a 2024, ou seja, terminaram um ano com antecedência da vigência do plano. Talvez foi para acelerar os resultados esperados. Porém, ao centralizar as responsabilidades de implementação à Secretaria da Justiça, Família e Trabalho (SEJUF) revela-se, em certa medida, a estratégia administrativa favorável para facilitar a execução e o monitoramento das ações.

Por sua vez, o eixo IV, que corresponde a "Justiça, Trabalho e Direitos Humanos", conta com 14 ações, visando promover a inclusão e defesa dos direitos humanos, e a melhoria de vida da população migrante, com ênfase no âmbito trabalhista, conforme consta no plano. No entanto, confronta os mesmos desafios que os outros. No sentido que são muitas ações com previsão de execução em prazo apertado. Por exemplo, todas elas possuem o prazo de um ano apenas, de forma intercalando compreendido entre 2022, 2023 e 2024.

Outro aspecto que poderia favorecer uma saída produtiva é o fato de que esse eixo teve maior número de parceiros, e não tinha tantas ações previstas em contrapartida com o eixo anterior. No que tange aos indicadores de desempenho, este eixo tem mantido uma abordagem quantitativa, tais como número de eventos e reuniões. Por exemplo, foi estabelecido no plano como metas a realização de, no mínimo, 10

Versão Final Homologada
09/09/2025 10:09

encontros intersetoriais por ano, e a criação de comissões municipais de apoio à população migrante em 20 municípios paranaenses até 2024. Embora esses indicadores sejam relevantes para mensurar a execução formal das ações previstas, sua adoção, de maneira isolada, pode representar uma limitação na compreensão dos impactos das políticas.

Em relação ao orçamento destinado à realização desse plano, percebe-se que das 56 ações que contém no total, 54 delas estão sob a incubencia da chamada ``Fonte 100``. A discussão da Caiola e Lanza (2024) sobre essa fonte aponta que ela consiste em um orçamento alocado às secretarias que, através de divergência de interesse política e tensões internas, tende a direcionar os recursos para diferentes áreas e agenda de políticas públicas determinando onde o dinheiro será aplicado.

Consequentemente, embora o plano como instrumento público seja financiado pelo orçamento público, sua implementação depende fortemente da presença e articulação política de agentes aliados à temática migratória. O que o torna suscetível a variações na disponibilidade de recursos para sua plena realização.

Foz do Iguaçu, sendo um *município de fronteira* localizado no Estado Paraná, teve que esperar até o ano de 2024 para enfim ter seu ``I Plano Municipal de Políticas Públicas para Migrantes, Refugiados e Apátridas``. Sem ser apenas um motivo de orgulho – considerando que as demandas da população migrante nessa região sempre existiam de forma gritante –, representa uma virada da chave na história da responsabilidade dos atores locais, para com as necessidades desse grupo, como consta no plano:

> Este plano é mais do que um conjunto de diretrizes; é também a expressão viva do compromisso de nossa comunidade com a proteção, o acolhimento e a integração de indivíduos e famílias que buscam em nosso território a esperança de um recomeço digno e seguro. A iniciativa de Foz do Iguaçu reflete e reforça o pioneirismo do Paraná, que, em 2015, estabeleceu o primeiro Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do país. Este legado de liderança e inovação em políticas migratórias demonstra o alinhamento do nosso estado e de suas cidades com seus princípios de solidariedade, defesa aos direitos humanos e promoção da inclusão social (Foz do Iguaçu, 2024).

Deste modo, foram definidas 56 ações a serem desenvolvidas dentro de 8 eixos; Saúde, Educação, Assistência Social, Trabalho, Habitação, Segurança Pública, Cultura, Esporte e Lazer, com prazo de realização que se estende sobre quatro anos (2024 - 2028). Tudo indica que a escolha desses eixos foi feita para refletir a estrutura administrativa da gestão pública já existente no município. No que refere à elaboração

Versão Final Homologada
09/09/2025 10:09

das propostas desse plano, foi criado um Grupo de Trabalho (GT) responsável para analisar e deliberar sobre cada uma delas durante as setes reuniões que iniciaram, já no segundo semestre de 2023, conforme mencionado no documento:

> Foram debatidas em reuniões e dívidas entre oitos eixos temáticos que seriam coordenados por suas respectivas Secretarias e autarquias, formando então uma comissão com representantes governamentais e da sociedade civil coordenada pela Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Relações com a comunidade, tendo representes da Secretaria Municipal de Saúde, da Secretaria de Assistência Social, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Comercial, Industrial e Agropecuário,(...) da Fozhabita, da CSVM, da UNILA, Cáritas-PR, AMIRF, AJHASS, e Associação de Imigrantes Venezuelanos de Foz do Iguaçu (Ibid, 2024).

Cumpre destacar também, o fato de que teve a participação da comunidade civíl, na avaliação final das propostas, que ocorreu entre os dias 24/11 a 13/12/2023, demonstra a responsabilidade coletiva. A título de exemplo, a presença dos migrantes, ainda que em número reduzido, nessa avaliação foi relevante para fortalecer as propostas e adequá-las às suas reais demandas.

Afinal, a participação deles se alinha diretamente com o slogan ``*Nada de nós, sem nós*`` adotado pela Associação dos Migrantes, Refugiados, Indígenas de Foz do Iguaçu (AMIRF) – cujo objetivo é promover a defesa dos direitos dos Migrantes, Indígenas e Refugiados– fomentando sua organização comunitária, assistindo-os perante os órgãos e serviços públicos no município. Dito isto, essa atuação colaborativa contribui para transformar a percepção dos migrantes residentes naquela região, como mero ``grupo vulnerável``, e passaram a ser reconhecidos como potenciais agentes aptos a influenciar e contribuir significativamente na formulação de políticas públicas que lhes dizem respeito no contexto municipal.

Versão Final Homologada
09/09/2025 10:09

CAPÍTULO 2 - INTERSECCIONALIDADE, RAÇA E GÊNERO NA MIGRAÇÃO: EXPERIÊNCIA DAS MULHERES NEGRAS NA TRÍPLICE FRONTEIRA DO IGUAÇU

INTRODUÇÃO

Este capítulo apresenta o fenômeno da migração à luz da Interseccionalidade, considerada um dos conceitos chave para o feminismo negro que permite compreender como a questão de raça, e de gênero se entrelaçam e impactam a condição dos migrantes, em especial as mulheres negras. De antemão, foi realizada uma abordagem conceitual sobre a insterseccionalidade e como ela impacta no acolhimento local. Em seguida, apresentou-se algumas narrativas embasadas na literatura consultada e nos relatos obtidos por meio de observação participante realizada com mulheres negras da região, particularmente aquelas que participam dos encontros promovidos pelo Coletivo LAKAY.

2.1 INTERSECCIONALIDADE NA MIGRAÇÃO FEMININA E ACOLHIMENTO NA TRÍPLICE FRONTEIRA DO IGUAÇU

O conceito de interseccionalidade, termo cunhado pela jurista americana, Kimberlé Crenshaw (1989), é uma abordagem que permite compreender as consequências da interação entre várias formas de opressão, como racismo, sexismo e patriarcalismo. A autora ilustra essa ideia com a metáfora de diversas avenidas, cada uma representando um eixo de opressão, que se cruzam em determinados pontos. Ou seja, ao se situar no cruzamento de múltiplos sistemas de opressão, os sujeitos são impactados por forças que atuam de forma simultânea, gerando vivências marcadas pela complexidade e pela interdependência dessas estruturas. Embora empregado para abordar a articulação de diversas diferenciações sociais, sugere uma gama de interpretações e aplicações teóricas.

Saskia Sassen (2004), expande essa abordagem ao se referir às migrações como processos multifacetados, atravessados por dimensões sociais, econômicas e políticas. Suas análises envolvem tanto o aspecto do tráfico de pessoas nos deslocamentos migratórios e a inserção das migrantes em mercados de trabalho precarizados. Assim, a

Versão Final Homologada
09/09/2025 10:09

autora propõe que as mulheres sejam reconhecidas como agentes centrais nos processos de globalização e mobilidade.

A contribuição da Carolina Rosas (2013), enfatiza a complexidade dos estudos sobre gênero e migração, defendendo a inclusão dos homens nas análises. Ela aponta que a ausência masculina nessas abordagens pode comprometer a formulação de políticas públicas eficazes, dificultando a promoção da igualdade de gênero e o enfrentamento da violência e exploração de mulheres, sejam migrantes ou não. Nesse sentido, o artigo propõe uma superação da visão tradicionalmente masculina das migrações, que tende a posicionar as mulheres como figuras secundárias ou acompanhantes. A partir dessa perspectiva aprofunda-se a teoria da interseccionalidade que analisa os efeitos estruturais e dinâmicos da interação entre múltiplos eixos de subordinação – como raça, gênero, classe e outros sistemas de poder.

Carla Akotirene (2019), contribui com uma perspectiva bem mais situada, ao trazer a interseccionalidade para o contexto brasileiro e latino-americano. A autora destaca como o racismo, o capitalismo e o cis-heteropatriarcado estruturam as avenidas identitárias que atravessam as mulheres negras, considerando a herança colonial brasileira como elemento central na análise.

Por sua vez, Patrícia Hill Collins e Sirma Bilge (2021) aprofundam essa abordagem ao oferecer uma visão ampliada das desigualdades sociais observando suas múltiplas dimensões e interseções. Para elas, o poder interpessoal se manifesta na convergência entre estruturas culturais, disciplinares e institucionais, exigindo um olhar interseccional mais atento às experiências individuais e coletivas.

A partir das contribuições das pesquisadoras (Crenshaw, 1989; Sassen, 2004; Rosas, 2013; Akotirene, 2019; Collins e Bilge, 2021), observa-se um diálogo teórico que converge para a necessidade de compreender as migrações femininas por meio da abordagem interseccional. Embora cada autora parta de contextos diferentes, percebe-se que há uma articulação entre suas ideias permitindo construir um olhar mais focado sobre as experiências das mulheres migrantes. Por um lado, Crenshaw evidenciou como diferentes sistemas de opressão se cruzam e afetam os sujeitos simultaneamente. Por outro lado, a Akotirene adaptou a metáfora da Crenshaw ao contexto brasileiro, incorporando elementos como racismo estrutural e o legado colonial. Essas abordagens demonstram como o capitalismo neoliberal exacerba o racismo e as múltiplas formas de opressão, criando novas camadas de vulnerabilidade para populações marginalizadas.

Versão Final Homologada
09/09/2025 10:09

Em contraste, a crítica da Carolina Rosas (2013) mostrou a relevância para o contexto brasileiro, de incluir os homens como sujeitos também atravessados por dinâmicas de gênero – pois eles são majoritariamente vistos principalmente como mão de obra barata. Esse quadro reforça estereótipos e dificulta ações integradas de ferramentas à violência e promoção da equidade. Collins e Bilge (2021) recentrar a discussão ao introduzir o aspecto de domínio interpessoal do poder na mobilidade humana. Essa óptica revelou-se útil para analisar como mulheres migrantes no Brasil lidam com estigmas associados à sua nacionalidade, cor da pele, entre outros.Mulheres migrantes negras por exemplo, podem enfrentar estereótipos raciais e de gênero que limitam suas oportunidades de emprego, as expõe a assédio e violência, e dificultando seu acesso a serviços de saúde e apoio social (Ibidem, 2021).

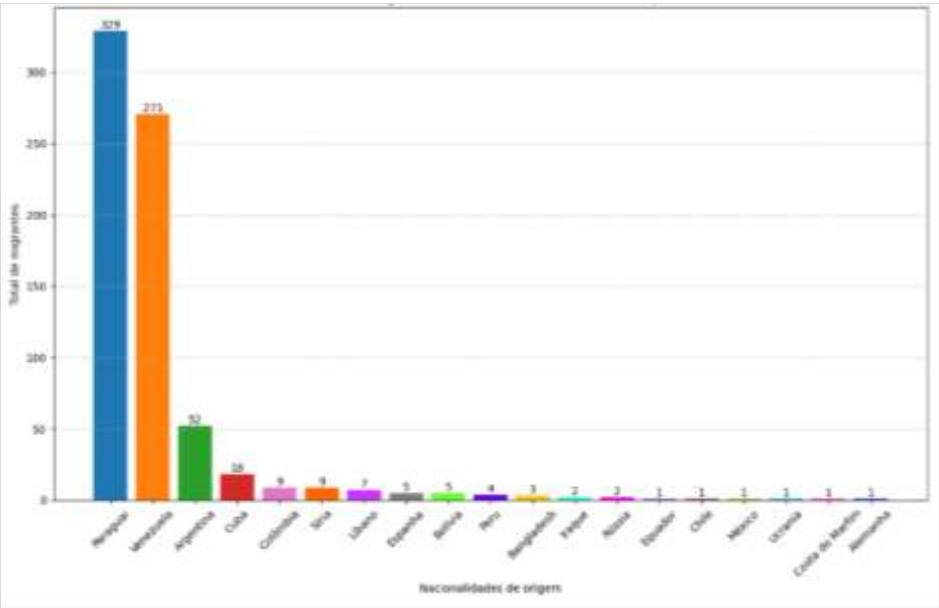
Em conjunto essas autoras oferecem um aporte teórico permitindo entender que a interseccionalidade na migração feminina vai além de uma simples ferramenta analítica, mas também que orienta a construção de políticas públicas mais sensíveis às especificidades das mulheres migrantes. Por conseguinte, compreende-se que a noção da nacionalidade deve ser abordada de forma cuidadosa quando se dirige à população migrante. Conclui-se, portanto, que é indispensável considerar a interseccionalidade no contexto das migração feminina, uma vez que os deslocamentos ativam vários eixos de poder que influenciam as suas vivências de forma distintas.

As discussões sobre a interseccionalidade, tornam evidente que qualquer análise sobre o acesso de população migrante aos serviços públicos deve ir além dos números agregados. Pois leva em conta os marcadores como raça, gênero e nacionalidade se entrelaçam para produzir experiências singulares de vulnerabilidade e exclusão. No entanto, ao observar os dados disponíveis sobre acesso à educação, saúde e assistência social em Foz do Iguaçu, nota-se uma lacuna preocupante em relação aos recortes que permitam identificar como essas desigualdades se manifestam dentro da própria população migrante.

No âmbito de acesso à Educação básica, destaca-se que as matrículas atingiram um total de 787 crianças migrantes de 20 nacionalidades. Ou seja, tem pelo menos uma criança migrante matriculada em cada escola municipal, sendo que o maior número alcançado em termo de 49 matrículas é de 49, como pode ser confirmado no Gráfico 2.

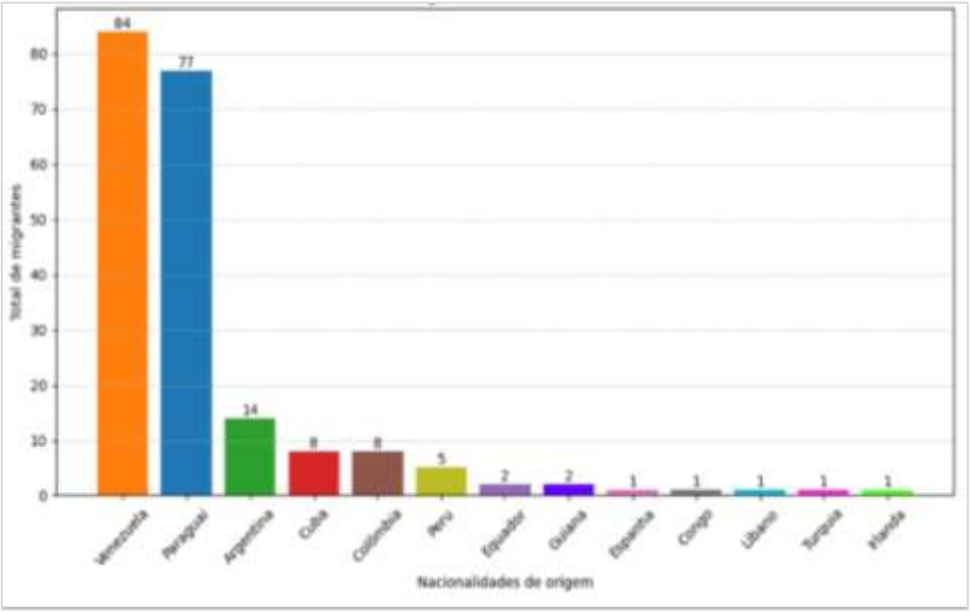
Versão Final Homologada
09/09/2025 10:09

Gráfico 2 - Total de alunos migrantes matriculados nas escolas municipais em 2024



Fonte: Plano Municipal de Políticas Públicas para Migrantes, Refugiados e Apátridas (2024).

Gráfico 3 - Origem dos dez principais grupos de migrantes beneficiários do Bolsa Família no município



Fonte: Secretaria Municipal de Assistência Social de Foz do Iguaçu (2024).

Dentro da esfera das políticas públicas de Assistência Social, vale ressaltar também, que o município registrou um total de 9.608 migrantes internacionais em 2024, oriundos de 73 países diferentes, entre os quais 5.072 são beneficiários do Programa Bolsa Família, conforme estatísticas apresentadas pela Secretaria Municipal de Assistência Social, como pode se observar no próximo Gráfico 3. Ou seja, esse recorte

Versão Final Homologada
09/09/2025 10:09

aponta para uma realidade bastante complexa referente à situação de vulnerabilidade socioeconômica dessas pessoas, requerendo ações concretas voltadas à proteção social, promoção de inclusão econômica e à garantia dos seus direitos.

Na esfera de acesso à saúde também, destaca-se que perfil predominante dos migrantes que buscam atendimento nos postos de saúde (Pronto atendimento/Atenção Primária) corresponde a 7758 residentes em Foz do iguaçu, e 5129 não residentes no Brasil, segundo dados registrados pela Secretaria Municipal de Saúde, em 2024. Entretanto, a rede municipal vem ampliando seus esforços para garantir que esse direito seja assegurado também aos demais como turistas, migrantes em trânsito e outros indivíduos em mobilidade, principalmente os que circulam diariamente entre os países que formam a Tríplice Fronteira do Iguaçu.

Esse cenário mostra quão complexos são as estruturas administrativas locais frente às demandas dessa intensa mobilidade humana. Aponta também o distanciamento que existe entre as políticas públicas a nível nacional e as em nível regional, na prática. Uma vez que para cada região necessita outros arranjos que respondem a sua estrutura a fim de lidar com questões que extrapolam suas capacidades operacionais muitas vezes.

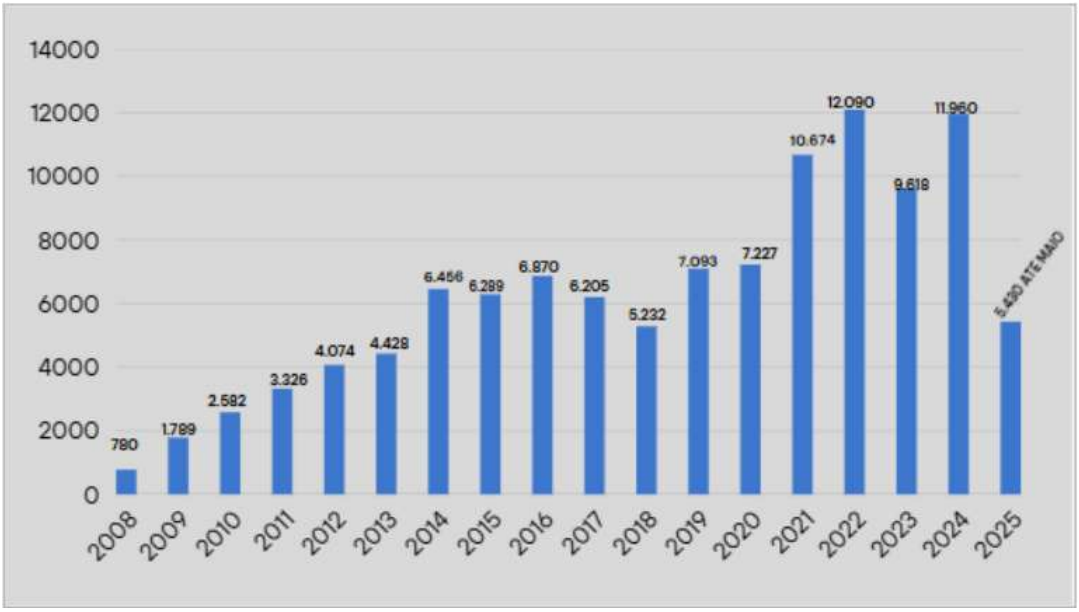
O exposto se alinha com a dimensão da zonalidade Fronteira, apresentado por Sela (2012), reiterando que a Fronteira não é apenas de circulação, mas sim de permanência, onde há encontros e conflitos exigindo uma reconfiguração sobre o migrante como sujeito de direito e sobre o município como protagonista da Política Pública migratória. No que tange à assistência de acolhimento local, destaca-se a Casa do Migrante – inaugurada em junho de 2008 e dirigida pela Irmã Terezinha – que representa a porta de entrada para os migrantes, refugiados, pessoas em mobilidade humana ou em situação de vulnerabilidade social. Também é considerado um centro de triagem, encaminhamento conforme a demanda.

Observando os dados apresentados no Gráfico 3, percebe-se uma evolução significativa no número de pessoas acolhidas entre 2008 até maio de 2025. Ou seja, nota-se um crescimento constante até 2014, com 6,456 de acolhidos. Os números voltam a subir, depois da leve oscilação que teve entre 2015 e 2018, atingindo seu pico em 2022, com 12.090 atendimentos, sendo que 56% deles foram realizados presencialmente, 38% via telefone, Whatsapp, e-mail, e por fim 6% correspondem aos grupos que realizaram apenas visitas. Essa trajetória revela o peso da atuação da Casa

Versão Final Homologada
09/09/2025 10:09

do Migrante com referência ao acolhimento da população migrante no município de Foz do Iguaçu.

Gráfico 3 – Estatísticas de acolhimentos realizados pela Casa do Migrante (2008-2025)



Fonte: Criação própria com base em estatísticas de acolhimento apresentadas pela Casa do Migrante.

As informações obtidas em entrevista com a Irmã Terezinha confirma nossa inquietação referente ao aspecto da identidade e da racialidade na migração, ao afirmar a inexistência de "registros sistemáticos das identidades dos migrantes acolhidos com ênfase na raça, cor, etnias, idiomas, faixa etária [...] que possam ajudar a entender esse aspecto no acolhimento da população migrante que busca atendimentos [na 'Casa do Migrante']. [...] Nosso registro se dá apenas pelo número de atendimentos e nacionalidades."

Analisando esta afirmação, revela-se problemático, ao considerar os diferentes motivos que podem levar determinada raça, etnia, gênero a se deslocarem, e também complica o aspecto integracionista no acolhimento aos migrantes na cidade por seu caráter internacional. Assim, em vez de falar da identidade apenas em termos de números e de nacionalidade, deveríamos falar também de *identificação* e vê-la como um processo no qual o migrante está inserido, e busca ser reconhecido, dignamente, pelo *que* – e por *quem* – é. Porque, querendo ou não, o mesmo é frequentemente o alvo de mecanismo de exclusão, seja pela falta de Políticas Públicas sensíveis à sua real condição, ou pela reprodução de estereótipos que ignoram sua singularidade, pois cada grupo tem sua demanda específica a ele.

Versão Final Homologada
09/09/2025 10:09

Mas infelizmente, até os dias atuais, observa-se que muitos dos processos institucionais ainda tratam essa população como uma mera massa homogênea, sem levar em conta que cada migrante traz consigo uma história única, marcada por resistência e expectativas. Para tanto faz se necessário ter um olhar sobre a migração que supera essa frieza dos números e se conectar também com elementos culturais, sociais, psicológicos e afetivos que moldam suas vivências.

2.2 SITUAÇÃO DAS MULHERES MIGRANTES NEGRAS NA REGIÃO TRINACIONAL DO IGUAÇU

Para compreender a situação das mulheres migrantes negras na região Trinacional do Iguaçu, faz- se necessário olhar primeiro para as mulheres negras brasileiras – que apresentam características semelhantes – em termos de dor e desafios que não atravessam apenas a cor da pele, mas também a mémória e o território. Portanto, é imprescindível revisitar alguns processos históricos que forjaram uma gaiola de exclusão para essa categoria no Brasil. A pesar de que seja reconhecido como um país acolhedor, rico em diversidade étnicoracial, ainda nota-se uma grande disparidade no tratamento oferecido a cada grupo, étnia e raça pelo Estado. Essa disparidade não pode ser considerada como um acaso, mas sim como resultado de escolhas feitas pelo Estado que não favoreceram a população negra, colocando-a numa situação precária que marca incessamente a sua realidade.

A lei Áurea, n° 3.353, evidencia isso ao abolir a escravidão sem oferecer nenhum tipo de compensação aos libertos, deixou milhões de pessoas em situação de extrêmo vulnerabilidade. Dito isso, os ex-escravizados não tinham acesso à terra, emprego e moradia, de modo que foram empurrados para os cortiços urbanos e para trabalhos mais precarizados, como serviço doméstico (no caso das mulheres negras). Embora essas negações afetaram a população negra como um todo, as mulheres negras foram as mais afetadas, pois ainda tiveram que enfrentar outras pressões relativos ao sexismo, ao silenciamento, invisibilidade e outros comportamentos discriminatórios no cotidiano delas.

Ao se debruçar sobre a historicidade da mulher negra brasileira, Souza (2008) evidencia que seu percurso tem sido atravessado por uma série de violações – simbólicas, afetivas, e estruturais – que marcam a sua memória, e a coloca numa

Versão Final Homologada
09/09/2025 10:09

situação de isolamento social, até nos dias atuais. Ao olhar dessa forma, admite-se que a situação da mulher negra migrante não difere muito com a da brasileira. Ou seja, onde a primeira pode estar enfrentando o racismo estrutural, o silenciamento, o machismo e outras violências, – soma no caso da segunda outras camadas de violações em relação a xenofobia, à língua, lidar com várias culturas, de ter a presença dividida entre o aqui e ali, e carregar também o peso da história do seu país de origem – que também podem ser elemento classificatórios no acolhimento oferecido pelo país receptor. E é ali precisamente que se diferencia a história do percurso dessas duas categorias de mulheres no Brasil. Por isso, que a interseccionalidade se mostra uma ferramenta analítica cruciais na análise da situação das mulheres migrantes negras no contexto brasileiro.

Atualmente, as condições sociais dos migrantes no Brasil contemporâneo variam significativamente, conforme a nacionalidade, o tempo de residência no país e a situação documental, como já foi exposto ao longo do texto. Ao cruzar a migração com o gênero e a raça, torna-se ainda mais complexas essas condições, e apontam para um cenário mais crítico ainda quando especifica a categoria negra e mulher. Entende-se que essa complexidade se dá pelo fato de existir uma estratificação socioracial enraizada na sociedade brasileira que reflete ainda a herança colonial, colocando o "negro" numa posição inferior. "A sociedade escravista, ao transformar o africano em escravo, definiu o negro como raça, demarcou seu lugar, a maneira de tratar e ser tratado, os padrões de inter-relação com o branco e instituiu o paralelismo entre cor negra e posição social inferior" (Santos, 1983).

Essa afirmação mostra como a estrutura da sociedade escravista brasileira mantém a lógica racial profundamente excludente. Nesse contexto, Mello (1998) aponta uma disparidade regional significativa. Mais de 90% dos trabalhadores domésticos são mulheres não brancas, sendo 30% delas encontram-se no Sul. Nesse sentido, a permanência delas em ocupações similares aos que foram atribuídas aos seus descendentes não pode – de modo algum – ser compreendida como uma coincidência histórica, mas sim como consequência direta da intersecção entre raça, gênero e o legado do sistema escravista. Portanto, a associação entre cor da pele e posição social perpetua bases das desigualdades raciais que atravessam o Brasil contemporâneo. Como bem afirma Dovidio, Gaertner e Pearson (2016 *apud* Silva *et al*., 2019, p. 268) "o mesmo não desapareceu, apenas mudou suas principais manifestações".

Versão Final Homologada
09/09/2025 10:09

É claro que o enfoque no impacto da escravidão sobre os corpos negros, aqui não é com a pretensão de desprezar, ou esquecer outros aspectos da história que prejudicaram a situação da população negra, especificamente, a das mulheres negras – nem negar os esforços desenvolvidos, ao longo do tempo, pelo Estado Brasileiro referente às políticas reparatórias históricas com relação à população negra, e leis para combater o racismo, a xenofobia, e outros preconceitos – mas sim, apontar que essas violências prevalecem na sociedade, nem que seja por meio de gestos sutis. A autora Djamila Ribeiro, mulher brasileira negra, ressalta isso no seu livro *Pequeno Manual Antirracista* ao relatar suas experiências desde sua infância.

> Desde cedo, pessoas negras são elevadas a refletir sobre sua condição racial. O início da vida escolar foi para mim o divisor de águas. Por volta dos seis anos entendi que ser negra era um problema para a sociedade. *Neguinha do cabelo duro, neguinha feia*, foram alguns dos xingamentos que comecei a escutar (Ribeiro, 2019, p. 23).

Pensando bem, se uma mulher negra brasileira, no seu próprio país, é vista assim, imagina como são percebidas as mulheres negras migrantes – oriundas de países considerados pobres, fugindo de guerras e catástrofes naturais – que estão inseridas nessa mesma sociedade? Pois bem, Margalit (2007, p. 13) proporcionou elementos de resposta a essa questão afirmando que "uma sociedade decente é uma sociedade em que as instituições não humilham as pessoas sob sua autoridade, e os cidadãos não humilham os outros[7]" (tradução livre). Para salientar a importância dessa questão Ribeiro (2019) afirma que enquanto não entedem o racismo como um sistema que estrutura a sociedade brasileira, haverá uma negação contínua das suas manifestações por parte da maioria das pessoas. Ou seja, comportamentos racistas vão passar despercebidos, disfarçados como mero piadas. A autora incentiva, portanto, fazer a cobrança, alimentar o debate sobre tema e acionar as instituições a tomarem medidas necessárias para combater esse processo doloroso.

De fato, as mulheres negras que migram para o Brasil, têm origem em países que enfrentam profundos desafios sociopolíticos e econômicos, como Nigéria, Angola, Cuba, Congo, Haiti,entre outros. Tais contextos afetam intensamente tanto essas mulheres, quanto suas comunidades ao chegar no Brasil em situação de refúgio ou sem documentos adequados à Migração Regular (Padilla, 2013). Assim é notável a condição muito refém delas nessa situação migratória, pois a escolha do país de destino acaba

[7] "Une société décente est une société dont les institutions n`humilient pas les personnes placées sous leur autorité, et dont les citoyens n'en humilient pas d`autres" (Margalit, 2007, p. 13).

Versão Final Homologada
09/09/2025 10:09

sendo orientada pela necessidade de sobrevivência, ocorrendo no calor do momento, muitas vezes sem ter informações de fácil acesso e seguras sobre os processos legais para migrar. Portanto, essa sobreposição ganha contornos mais intensos, principalmente, na cidade de Foz do Iguaçu, por ser a cidade de fronteira – onde a questão de acolhimento e integração apresentam tanto aspectos positivos quanto negativos para seus residentes e os que transitam nela.

As narrativas compartilhadas pelas vozes corajosas das mulheres migrantes negras durante os encontros promovidos pela iniciativa LAKAY, representam não apenas relatos pessoais, mas assumem uma forma de denúncia, de reflexão e de reconstrução. Nesse sentido, LAKAY constitui um espaço de resistência para elas.

Uma delas, vamos chamar de **D**, relatou as violências e exploração no ambiente de trabalho que tinha sofrido enquanto estava gestante de mais de 4 meses. Trabalhava num restaurante (que ela achou melhor não especificar o nome), e quando passou a sentir dores e cansaço, pois a sua função exigia-lhe permanecer longas horas em pé, optou por sentar um pouco porque não tinha tantas demandas naquele momento. O seu chefe ao vê-la descansando, chamou a sua atenção e a ameaçou de ser demitida se isso vier a acontecer de novo.

Obviamente, a postura do seu chefe lhe constrangeu. Embora estivesse consciente de que isso não era a postura ideal que ele deveria ter adotado numa situação como essa - meio sem jeito - não tendo muitas opções, ela teve que voltar a permanecer em pé, seguindo assim o protocolo da empresa. Sem contar que, em outros momentos, ela teve que fazer horas extras *remuneradas* quando o serviço estava muito corrido.

De acordo com Padilla (2013), ``os migrantes são indivíduos, em geral, saudáveis, visto que muitos se deslocam para trabalhar``. No entanto, isso não anula o fato de que são mais propícios a adoecer com o processo da migração que requer um tempo de adaptação e de aculturação, muitas vezes que se revelam complexos. Ainda assim, Reis (2019) deixou claro que o processo de migração, por si só, não é o único motivo de adoecimento dos envolvidos. Mas ao ler a matéria produzida pela Fernanda Real, publicada no Jornal da USP na primeira edição em 2022, e ouvir o áudio disponível no mesmo, entende-se que os indivíduos em mobilidade apresentam sim, dores próprias a eles justamente por estarem inseridos nesse processo. É o chamado síndrome de Ulisses – termo cunhado com o poema épico de Homero, também estudado pela Antropologia e pela psicologia clínica – que revela isso.

Versão Final Homologada
09/09/2025 10:09

> A síndrome de migrante, também chamada de síndrome de Ulisses, é uma condição específica mental que reúne quadro de depressão, ansiedade e estresse e que acomete principalmente pessoas em trânsito. O pesquisador João Gilberto Fernandes Júnior ao contextualizá-lo do ponto de vista objetivo afirma que é uma síndrome de estresse múltiplo e crônico com alguns sintomas aparentemente atípicos. Uma soma de sintomas atípicos de depressão, ansiedade e dissociativos; dores de cabeça, insônia, nervosismo, irritabilidade, medo, desorientação, tristeza, o consumo de álcool e tabaco. A causa é essa solidão forçada que a Migração, principalmente a Migração Forçada implica, essa perda das relações. Isso claro, agravado ainda mais pela incomunicabilidade muitas vezes do migrante que não sabe, tem dificuldade de falar, de aprender a língua do país em que chega [...].

Com base no exposto, as mulheres negras que participaram do estudo desenvolvido por Moares, Ramos e Camargo (2018) – sobre o adoecimento das mulheres negras após o processo migratório – trazem narrativas que comprovam as síndromes supracitadas:

i. "Você passa por muita coisa. Tudo foi me abalando, refletindo no estômago. Fiquei hospitalizada, comecei a ter pressão alta, mas vou seguir em frente."
ii. "Ficou difícil, tenho enxaqueca (...) Como lá é muito quente, tenho dor nos ossos."
iii. "Tensão… muita tensão. Larguei minha família, meu país, e lá eu estava forte. Eu penso na minha filha, que até agora não sei se está viva, se morreu… Isso dói tanto! Mexeu com minha saúde, meu estômago, meu coração… Estou mal no pensamento e no coração… e esse país faz com que as pessoas adoeçam. O médico falou que tinha depressão… deve ser verdade."

Ao compartilharem essas narrativas, como uma forma de denunciar o lado sombrio das fronteiras, não há dúvida de que foi o processo migratório que as colocaram nessa situação. Apesar do sofrimento, da solidão, e do desespero que tenham sentido, elas conseguiram se erguer, no meio dessa luta pela sobrevivência cotidiana.

Trazendo um pouco mais sobre como a questão da discriminação racial e de gênero afeta as mulheres negras no contexto da migração em região fronteiriça, percebe-se que as informações por meio do questionário dialogam com as narrativas anteriores. As duas mulheres relataram ter sido vítimas de discriminação por serem negras e mulheres. Este dado é alarmante e destaca as intersecções entre raça, gênero e condição migrante, que amplificam a vulnerabilidade dessas mulheres. Tal realidade exige políticas públicas que enfrentem o racismo institucional e promovam equidade no acesso a direitos e espaços sociais.

Enquanto no aspecto de serviços públicos, houve divergência nas percepções quanto ao acesso a serviços públicos: a cubana avaliou como muito bom, enquanto a

Versão Final Homologada
09/09/2025 10:09

haitiana considerou ruim. Tal disparidade pode refletir diferenças nas redes de apoio, localização residencial, experiência institucional e barreiras linguísticas. No aspecto socioeconômico, haitiana possui uma renda inferior a R$600, evidenciando uma situação de precariedade acentuada pelo desemprego, sua principal dificuldade. A cubana, por sua vez, possui renda entre R$600 e R$1200, sendo que sua maior dificuldade está relacionada à moradia, o que também revela instabilidade social. Sobre a sensação de segurança, a cubana se sente segura na região; já a haitiana expressa sensação de insegurança, reforçando a relação entre exclusão socioespacial e percepção de risco.

Afinal, ambas sinalizaram demandas específicas: a haitiana reivindica apoio psicológico e social para migrantes, enquanto a cubana espera maior oferta de oportunidades de trabalho. Essas vozes apontam para lacunas nas políticas de acolhimento e integração, especialmente para populações racializadas e economicamente vulneráveis. Contudo, as trajetórias dessas duas mulheres revelam o entrelaçamento entre desafios pessoais e estruturais, marcado por barreiras linguísticas, vulnerabilidades econômicas, experiências de discriminação e diferenças no acolhimento institucional. A análise argumentativa dessas vivências não apenas explicita os contrastes entre suas experiências, mas também convoca uma reflexão sobre o papel do Estado e da sociedade civil na promoção de uma inclusão cidadã antirracista, justa e acolhedora para mulheres migrantes negras.

Nas entrevistas conduzidas com o presidente da AMIRF e a representante da SECAFE, fez-se a mesma observação em relação à sistematização dos dados. Porém, o senhor Julien e a senhora Elaine C. De Freitas acreditam que para melhorar o acolhimento e inclusão das mulheres negras migrantes no município, primeiro tem que entender a solução está na rua ouvindo e acompanhando o dia das mulheres negras, principalmente as mulher negras migrantes, tem que trabalhar em redes para conseguir soluções mais abrangentes , olhando para cada grupo de forma diferenciada no sentido de melhor atender suas demandas e poder melhor solucioná-los, já que ouvir deveria fazer parte do processo de acolhimento. Também é preciso colocar à disposição um fundo capaz de dar visibilidade para essas mulheres tanto no âmbito educacional, social, econômico, e político. Para enfim poder falar sobre a equidade, e a igualdade de condições e de oportunidade.

Versão Final Homologada
09/09/2025 10:09

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De maneira geral, os estudos mostraram que os movimentos migratórios internacionais seguem em crescimento e passam a abranger uma diversidade cada vez maior, desafiando as dinâmicas das sociedades que acolhem, dos territórios que despedem e dos que recebem novas formas de diáspora. As redes de sociabilidade que emergem nesse contexto global traduzem experiências de deslocamento profundo, não apenas geográfico, mas afetivo, simbólico e identitário. O encontro com o outro, marcado por alteridades imprevisíveis, revela tanto a potência como a estranheza das relações possíveis, onde a construção de identidades se dá em território de incerteza, desapropriação e partilha.

Portanto, é possível afirmar que a nova Lei de Migração (LDM) representa avanços jurídicos no cenário nacional, especialmente por promover princípios alinhados com as diretrizes internacionais de Direitos Humanos. Contribui também para ampliar a definição do que se entende por migrante, permitindo uma abordagem mais inclusiva e sensível às diferentes trajetórias migratórias. Assim, destacou-se a incorporação de valores que ampliam o reconhecimento da dignidade dos migrantes e fortalecem a sua proteção legal.

Ainda que não seja suficiente para alterar estruturalmente a realidade social dos migrantes a escala nacional, pois como vimos em Foz do Iguaçu, a efetividade dessas medidas esbarra em limitações práticas, culturais e estruturais.

Os dados apresentados sobre a situação migrantes na fronteira, mostram a vulnerabilidade persistente do migrante, que não se resolve com a mera regularização documental, pois na prática, permanecem os estereótipos com relação à inclusão total de certos grupos ainda.

Nesse cenário, o paradoxo entre os avanços da Nova Lei é que apresenta falha nos mecanismos de fiscalização das condições laborais, por exemplo, uma vez que ainda há migrantes que sofrem de superexploração no trabalho e de racismo só por pertencer a um grupo considerado como vulnerável na sociedade. Isso mostra que não basta articular políticas, leis que legalizam ou regularizem a migração, mas também que precisa humanizar todo o processo, tratando os sujeitos não como mero grupo vulnerável mas como indivíduo apto a contribuir nas decisões que dizem respeito às suas próprias existências.

Versão Final Homologada
09/09/2025 10:09

A gestão migratória brasileira precisa reconhecer o migrante como sujeito político, cultural e social, e deixar de vê-lo como exceção ou ameaça. Afinal, somos todos, todos migrantes. Somos mulheres e homens. Somos haitianos, venezuelanos, cubanos, paraguaios, argentinos, libaneses, afegãos, brasileiros, entre outros. Somos estudantes, trabalhadores, líderes de família. Somos complexos e contraditórios. Migramos com familiares, ou sozinhos. Muitas vezes a questão de migrar não foi planejada, portanto fomos forçados a migrar por diversas razões. Se migrar fosse verdadeiramente entendido como uma escolha livre, desprovida de pressões econômicas, políticas, sociais que nós atravessamos, talvez muitos de nós sequer tivéssemos deixado o lugar de origem. Cruzamos as fronteiras porque a vida nós empurrou, e queremos seguir em busca de dignidade. Ao ouvir mulheres migrantes negras haitianas, aprendemos que resistir é cuidar, é narrar é permanecer mesmo quando o mundo insiste em expulsar.

Na condução deste trabalho, ficou claro que há vários temas que merecem maior aprofundamento. Portanto o estudo não encerra o debate sobre o tema, mas abriu brechas. Porque o desejo é continuar investigando esses aspectos e acima de tudo reconhecendo o valor de quem atravessa fronteiras tanto físicas quanto simbólicas em busca de dignidade.

Versão Final Homologada
09/09/2025 10:09

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, Gilson Costa de. Migrações e fronteiras. **Revista Cesumar–Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**, v. 7, n. 1, p. 111-117, 2002.

ANDREOLA, Balduino Antonio. Paulo Freire e a Condição da Mulher. Roteiro, v. 41, n. 3, p. 609-627, 2016.

ATALANIO, Matheus Alves de Sousa; CUNHA, Danilo Fontenele Sampaio. A Política Migratória Brasileira e a Criminalização. Boletim de Conjuntura (BOCA), v. 18, n. 54, p. 181-193, 2024.

BÓGUS, Lúcia Machado et al. **Migrações sul-sul**. Unicamp, 2018.

BRASIL. Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017. Institui a Lei de Migração. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ civil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13445.htm>. Acesso em: 07 dez. 2024.

CANTELLE, Lilian; COSTA, Thainá da Silva. Mulheres negras-entre o sofrer e o resistir. **Revista InterCiência-IMES Catanduva**, v. 1, n. 1, p. 48-48, 2018.

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. **Racismos contemporâneos. Rio de Janeiro: Takano Editora**, v. 49, p. 49-58, 2003.2007.

CARVALHO, Fabiana Cruz. Interseccionalidade entre raça, classe e gênero em Ponciá Vicêncio, de Conceição Evaristo. 2024.

CASTRO, Maria da Consolação de; FERNANDES, Duval; JONNATHAN. Fluxos Migratórios na Fronteira e os Desafios para a Assistência Social: Instrumentos e Políticas. **Anais do XVI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**, v. 1, n. 1, 2018.

CODEFOZ. **1º Relatório Yglota de Nacionalidades e Etnias da Região Trinacional do Iguaçu**. Foz do Iguaçu: Codefoz, 2024. Disponível em: https://www.codefoz.org.br/wp-content/uploads/2024/07/Relat%C3%B3rio-de-Nacionalidades-e-Etnias-da-Regi%C3%A3o-Trinacional.pdf. Acesso em: 16 mar. 2025

CORAIOLA, Maria Victoria Pontara Sidor; LANZA, Líria Maria Bettiol. O II Plano Estadual de Políticas Públicas para a Promoção e Defesa dos Direitos dos Migrantes, Refugiados e Apátridas do Paraná (2022): desafios e oportunidades. *Anais do Práxis Itinerante*, 2024, no 2.

DANGAREMBGA, Tsitsi. **Preta e mulher**. Kapulana, 2023.

DOMENECH, Eduardo; PEREIRA, Andrés. Estudios migratorios e investigación académica sobre las políticas de migraciones internacionales en Argentina. **Íconos. Revista de Ciencias Sociales**, n. 58, p. 83-108, 2017.

Versão Final Homologada
09/09/2025 10:09

DORNELAS, Paula Dias; RIBEIRO, Roberta Gabriela Nunes. Mulheres migrantes: invisibilidade, direito à nacionalidade e a interseccionalidade nas políticas públicas. **O social em questão**, v. 21, n. 41, p. 247-264, 2018.

FOZ DO IGUAÇU. I Plano Municipal de Políticas Públicas para Migrantes, Refugiados e Apátridas. Foz do Iguaçu, 2024.

FRANÇA, Roberto. As três dimensões da fronteira entre Brasil, Paraguai e Argentina: proposta de análise para a pensar a integração. **FUENTES**, 2001.

JUCÁ, Bruna et al. A humanização no atendimento a refugiados em região de fronteira: scoping review. **Ciências da Saúde: desafios e potencialidades em pesquisa**, v. 1, p. 17-26, 2022.

KLEINSCHMITT, Sandra Cristiana; AZEVEDO, Paulo Roberto; CARDIN, Eric Gustavo. A tríplice fronteira internacional entre Brasil, Paraguai e Argentina: contexto histórico, econômico e social de um espaço conhecido pela violência e pelas práticas ilegais. **Perspectiva geográfica**, v. 8, n. 9, 2013.

LANZA, Líria Maria Bettiol; DOMINGOS, Óscar Sousa; NUNES, Livia Teles. Crise migratória e legislação migratória no MERCOSUL. In: **Congresso Internacional de Política Social e Serviço Social: desafios contemporâneos; Seminário Nacional de Território e Gestão de Políticas Sociais; Congresso de Direito à Cidade e Justiça Ambiental**. 2024.

LEDIX, Wendy. **Migração, trabalho e saúde: trabalhadores haitianos em canaviais na República Dominicana**. 2021. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

LEDIX, Wendy. Trabalho e processos sociais de saúde-doença: trabalhadores haitianos no sul do Brasil. 2019.

MARGALIT, Avishai; D'AZAY, Lucien. **La société décente**. Climats, 2007.

MIZAEL, Tácita Medrado; BARROZO, Sarah Carolinne Vasconcelos; HUNZIKER, Maria Helena Leite. Solidão da mulher negra: uma revisão da literatura. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, v. 13, n. 38, p. 212-239, 2021.

MORAES, Maria Cecilia Leite de; RAMOS, Maria Natália Pereira; CAMARGO, Climene Laura de. As narrativas de mulheres negras sobre adoecimento após o processo migratório: a experiência de moradoras do município de São Paulo. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, v. 12, n. 34, p. 802-815, 2020.

NEVES, Janaize Batalha; DE SOUZA GOMES, Adriana; CAETANO, Márcio Rodrigo Vale. MULHERES NEGRAS. **D'GENERUS: Revista de Estudos Feministas e de Gênero**, v. 1, n. 1, p. 11-24, 2022.

PARANÁ. Plano Estadual de Políticas Públicas para Promoção e Defesa dos Direitos dos Migrantes, Refugiados e Apátridas do Paraná, Curitiba, 2022

Versão Final Homologada
09/09/2025 10:09

PARANÁ. Primeiro Plano Estadual de Políticas Públicas para Promoção e Defesa dos Direitos de Refugiados, Migrantes e Apátridas.Curitiba, 2014.

RIBEIRO, Djamila. **Pequeno manual antirracista**. Companhia das letras, 2019.

SANTOS, Ana Carolina Elaine dos; CASTRO, Guedes de; COSTA, Andrea Abrahao. Ainda as ações afirmativas como instrumentos à promoção da igualdade de gênero no Brasil. **Revista de Gênero, Sexualidade e Direito**, v. 5, n. 1, p. 79-94, 2019.

SANTOS, José Carlos dos.Uma leitura micro da tríplice fronteira Brasil, Paraguai e Argentina: **XXVIII Simpósio Nacional de Historia**, 2015.

SAYAD, Abdelmalek. **Imigração ou os Paradoxos da Alteridade, A**. Edusp, 1998.

SCHWINN, Simone Andrea; COSTA, Marli Marlene Moraes de. Mulheres refugiadas e vulnerabilidade: a dimensão da violência de gênero em situações de refúgio e as estratégias do ACNUR no combate a essa violência. **Revista Signos**, v. 37, n. 2, 2016.

SILVA, Gustavo Junger da; CAVALCANTI, Leonardo; OLIVEIRA, Antônio Tadeu Ribeiro de. Refúgio em Números 10ª Edição. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Departamento das Migrações. Brasília, DF: OBMigra, 2025

SILVA, Micael Alvino da. **Breve História da Tríplice Fronteira: Como a maior hidrelétrica binacional e a segunda maior cidade do Paraguai foram decisivas para a formação da fronteira mais importante da América do Sul**. Instituto 100 Fronteiras, 2022.

VARELLA, Marcelo Dias *et al*. O caráter humanista da Lei de Migrações: avanços da Lei n. 13.445/2017 e os desafios da regulamentação. **Revista de Direito Internacional**, v. 14, n. 2, 2017.

WERMUTH, Maiquel Ângelo Dezordi. As políticas migratórias brasileiras do século XIX ao século XXI: uma leitura biopolítica do movimento pendular entre democracia e autoritarismo. **Revista Direito e Práxis**, v. 11, n. 04, p. 2330-2358, 2020.

WERMUTH, Maiquel Ângelo Dezordi; AGUIAR, Jeannine Tonetto de. Direitos Humanos e políticas migratórias brasileiras: do estatuto do estrangeiro à nova lei de migrações, rupturas e continuidades. **Revista Culturas Jurídicas**, v. 5, n. 10, 2018.

Versão Final Homologada
09/09/2025 10:09

ANEXOS

ANEXO A - Roteiro das perguntas para a entrevista com Eliane Cristina Cardozo Freitas, um dos representantes da Secretaria de Ações Afirmativas e Equidade (SECAFE) da Universidade Federal da Integração Latino Americana (UNILA) Eliane Cristina Cardozo Freitas.

Primeiro Bloco

Para começarmos, poderia nos dizer seu nome completo, formação e o cargo que atualmente ocupa na Secretaria de Ações Afirmativas e Equidade da UNILA (SECAFE)?

1. Quais são as suas principais atribuições e responsabilidades na coordenação da SECAFE?
2. Como você avalia a evolução da SECAFE nos últimos anos em relação ao atendimento às demandas de mulheres negras e migrantes?
   ➡ *Houve avanços, retrocessos e estagnações?*
3. Quais têm sido os maiores desafios pessoais e profissionais que você enfrenta na sua atuação na SECAFE, especialmente no que diz respeito à garantia de direitos para mulheres negras migrantes?
   ➡ *Esses desafios são mais institucionais, emocionais, políticos?*
4. Existe algum caso, situação ou experiência marcante que você viveu na SECAFE e que te fez refletir sobre a importância do seu trabalho?
5. Como você se posiciona enquanto mulher (ou homem, pessoa negra, migrante, etc.) diante das demandas que chegam à SECAFE?

Segundo Bloco

1. A Secretaria possui registros sistemáticos (País de origem, Etnia, faixa etária, idiomas, condições financeiras) sobre a quantidade de mulheres negras migrantes que buscaram seu atendimento nos últimos 3 anos? Se sim, poderia compartilhar os dados ou estimativas mais recentes?
2. Quais têm sido os motivos mais frequentes pelos quais essas mulheres procuram a SECAFE? E Que tipo de atendimento a SECAFE realiza nesses casos?
3. A SECAFE realiza encaminhamentos dessas mulheres para outros setores da UNILA (como PRAE, NAI, Proint) ou para instituições externas (como Casa do Migrante, Defensoria Pública, CRAS, Ministério Público, CRAM)?

Versão Final Homologada
09/09/2025 10:09

4. A Secretaria consegue identificar se as mulheres negras migrantes que buscavam apoio conseguiram resolver suas demandas?
5. A partir da experiência prática da SECAFE, quais são as maiores lacunas institucionais que impedem uma resposta mais efetiva às demandas dessas mulheres?
6. Existe algum protocolo, formulário ou instrumento de registro padronizado que permita acompanhar a trajetória de cada atendimento, especialmente em casos reincidentes ou complexos?

   ➡ *Como é feito esse fluxo e acompanhamento dos casos?*

   ➡ *As demandas mais comuns dizem respeito a racismo, acesso à permanência estudantil, situações migratórias, questões de gênero, saúde mental, entre outros?*
7. Que legado você gostaria de deixar na sua passagem pela SECAFE?

ANEXO B - Questionário para a entrevista com o Presidente da Associação de Migrantes, Indígenas e Refugiados de Foz do Iguaçu, Roldy Julien.

- A AMIRF possui algum levantamento ou banco de dados sobre o perfil das mulheres negras migrantes atendidas (como origem, faixa etária, idiomas, etnias, principais demandas etc). Se sim, poderia compartilhar essas informações?

1. Quantas mulheres negras migrantes a AMIRF atende por mês?
2. Como a AMIRF promove a escuta ativa das demandas específicas das mulheres negras migrantes, há espaços de diálogos ou conselhos participativos?
3. Quais são os principais desafios enfrentados pela AMIRF no acolhimento de mulheres negras migrantes?
4. Existe parcerias com Ongs ou coletivos para atender e apoiar as mulheres negras migrantes atendidas?
5. O que você acredita que ainda precisa ser feito para melhorar o acolhimento e o empedramento das mulheres negras migrantes na região?
6. A AMIRF tem iniciativas de formação em direitos humanos ou gênero para os migrantes que atendem, principalmente, a categoria das mulheres negras?
7. Como o senhor avalia a atuação da Casa do Migrante e da Secretaria da Mulher em relação às mulheres negras migrantes?

Versão Final Homologada
09/09/2025 10:09

8. Você percebe casos frequentes de racismo ou xenofobia contra mulheres negras migrantes na região? Se sim, como a AMIRF, se posiciona em relação a isso?
9. O que você acredita que poderia ser feito para melhorar o acolhimento e a inclusão das mulheres negras migrantes, dignamente, no município?

ANEXO C - Roteiro de pergunta para a entrevista com a coordenadora da Casa do Migrante Irmã Terezinha Maria Mezzalira.

1. Quantas mulheres migrantes, em média, são acolhidas anualmente na Casa do Migrante?
2. Quais serviços são oferecidos para as mulheres migrantes acolhidas (abrigo, apoio jurídico, psicológico, etc.)?
3. Por quanto tempo a casa do migrante acolhe os (as) migrantes que procuram sua ajuda?
4. Na casa do Migrante existe algum programa específico voltado para mulheres negras ou vítimas de racismo e xenofobia?
5. Como é feito o acompanhamento das mulheres após saírem da Casa do Migrante?
6. Quais parcerias existem com a Prefeitura ou outras instituições para apoiar essas mulheres?
7. Como a Casa do Migrante lida com o desafio de acolher mulheres migrantes que falam idiomas diferentes do espanhol e português?
8. Vocês percebem casos frequentes de racismo ou xenofobia contra mulheres negras migrantes?
9. Há cursos ou capacitações para promover a inclusão econômica das mulheres acolhidas?
10. Quais são os principais desafios enfrentados pela Casa do Migrante no acolhimento de mulheres negras?
11. Qual é a sua opinião sobre a importância de manter um registro sistemático das identidades dos migrantes acolhidos (incluindo raça, cor, idiomas, etnia, faixa etária) e torná-lo disponível e acessível para a comunidade e pesquisadores?
12. O que você acredita que poderia ser feito para melhorar o acolhimento e a inclusão das mulheres migrantes?

Versão Final Homologada
09/09/2025 10:09

ANEXO D- Questionário para as mullheres Migrante Negras Na região da Tríplice Fronteira em portugues/ Espanhol/Criolo haitiano

1. Qual é seu país de origem? / ¿Cuál es su país de origen? / Ki peyi orijin ou?
2. Qual é seu estado Civil? / ¿Cuál es su estado civil? Ki estati sivil ou?
3. Você tem filho (os/as)s? / ¿ Tienes hijo(os/as)? Ou pitit (plizyè/ ti gason/ tifi)?
4. Como você se identifica com relação ao gênero? / ¿Cómo se identifica en relación al género? / Kijan w ou idantifye tèt ou parapò ak Jan (sèks) ou?
5. Como você se indentifica em relação à cor da sua pele ? / ¿Cómo se identifica en relación con el color de su piel? / Kijan ou idantifye tèt ou konsènan koulè po ou?
6. Há quanto tempo você mora nesta região? / ¿Hace cuánto tiempo vive en esta región? / Depi konbyen tan ou abite nan zòn sa a?
7. Qual foi o principal motivo da sua migração? / ¿Cuál fue la principal razón de su migración? / Ki prensipal rezon ki fè ou te imigre?
8. Com quais línguas você tem mais facilidade? / ¿Con qué idiomas tiene más facilidad? / Ki lang ou pi fasil pale?
9. Você teve dificuldades com o idioma ao chegar? / ¿Tuvo dificultades con el idioma al llegar? / Èske ou te gen difikilte ak lang lan lè ou sot rive?
10. Atualmente, como você avalia seu nível de português? / Actualmente, ¿cómo evalúa su nivel de portugués? / Koulye a, kijan ou evalye nivo pòtigè ou?
11. Você participa de atividades culturais ou comunitárias? / ¿Participa en actividades culturales o comunitarias? / Èske ou patisipe nan aktivite kiltirèl oswa kominotè?
12. Você já enfrentou discriminação, racismo nesta região? / ¿Ha enfrentado discriminación, racismo en esta región? / Èske ou te fè fas ak diskriminasyon, rasis nan zòn sa a?
13. Você está atualmente empregada? / ¿Actualmente está empleada? / Èske ou gen travay kounye a?
14. Qual é sua renda mensal (em reais)? / Cuál es su ingresso mensual (en reales)? Ki revni ou chak mwa (an reyal)?
15. Como você avalia seu acesso a serviços públicos (saúde, educação, assistência social)? / ¿Cómo evalúa su acceso a los servicios públicos (salud, educación, asistencia social)? / Kijan ou evalye aksè ou nan sèvis piblik (sante, edikasyon, asistans sosyal)?

Versão Final Homologada
09/09/2025 10:09

16. Quais são suas maiores dificuldades nesta região? (marque até 3 opções) / ¿Cuáles son sus mayores dificultades en esta región? (marque hasta 3 opciones) / Ki pi gwo difikilte ou genyen nan zòn sa a? (chwazi jiska 3 opsyon)
17. Você se sente segura vivendo nesta região? / ¿Se siente segura viviendo en esta región? / Èske w santi w an sekirite pandan w ap viv nan rejyon sa a?
18. O que você gostaria que fosse feito para melhorar a vida das mulheres migrantes negras na Tríplice Fronteira? / ¿Qué le gustaría que se hiciera para mejorar la vida de las mujeres migrantes negras en la Triple Frontera? / Ki sa ou ta renmen ki fèt pou amelyore lavi fanm migran nwa nan Twa fwontyè a?

Versão Final Homologada
09/09/2025 10:09